

## PUBLICIDADE LEGAL

### Prefeitura Municipal de Esmeralda

PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026

Objeto: Aquisição de materiais para instalação de rede de água no Assentamento Dom Orlando Dotti (menor preço por lote). Abertura: 24/07/2026 às 9h, no <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, acesso identificado. Edital: [www.esmeralda.rs.gov.br](https://www.esmeralda.rs.gov.br) ou <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>.

Ailton de Sá Rosa, Prefeito Municipal

### Prefeitura Municipal de Parai

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção e demais insumos necessários para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito de Parai/RS. Tipo: Menor Preço por item. Local da Sessão: [www.pregaoonlinebanrisul.com.br](http://www.pregaoonlinebanrisul.com.br). Legislação: Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006. Recebimento das propostas: a partir das 08:30 do dia 13/07/2026 até às 08:29 do dia 05/08/2026. Abertura das propostas: a partir das 08:30 do dia 05/08/2026. Disputa: a partir das 08:31 do dia 05/08/2026. Edital e anexos disponíveis no site: [www.parai.rs.gov.br](http://www.parai.rs.gov.br). Informações: fone (54) 3477-1233. E-mail [licitacoes@parai.rs.gov.br](mailto:licitacoes@parai.rs.gov.br). Gilberto Zanotto, Prefeito Municipal.

### CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE UNISTALDA

EXTRATO DE ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Unistalda, Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Silvio Beiffuss, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 86, parágrafo 2º, da Lei Federal 14.133/2021, ratifica a contratação da Adesão à Ata de Registro de Preços do Consórcio Público Do Extremo Sul – COPEs, decorrente do Pregão Eletrônico nº 02/2025, Ata de Registro de Preços nº 002/2025, AQUISIÇÃO através de Registro de Preços para registro de preço para aquisição de veículos leves e micro-ônibus (vans). Contratado: Felice Automóveis Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 91.525.790/0001-84. Valor Total do Contrato: R\$ 108.880,00 (cento e oito mil oitocentos e oitenta reais), referente à aquisição de 1 (um) veículo tipo sedan, zero quilômetro. Registre-se. Publique-se.

Unistalda, 10 de julho de 2026.

Silvio Beiffuss, Presidente

Camara de Vereadores de Unistalda/RS, Contratante

### Prefeitura Municipal de Salvador das Missões

PREGÃO ELETRÔNICO 009/2026

PROCESSO 063/2026

Objeto: Registro de Preços para aquisição de tubos de concreto, para uso da Secretaria Municipal de Obras Públicas (menor preço por item). data da sessão: 23/07/2026 às 9h, no <https://bilcompras.com>. Agente de Contratação: Marjana Rauber Link. O Edital poderá ser obtido gratuitamente no site do Município de Salvador das Missões na internet, no endereço [www.salvadordasmissoes.rs.gov.br](http://www.salvadordasmissoes.rs.gov.br), a partir da data de sua publicação, prevista para o dia 10 de julho de 2026. Informações adicionais podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações, por meio do fone (+55 55) 99177-7014 ou pelo e-mail [compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br](mailto:compras@salvadordasmissoes.rs.gov.br). Salvador das Missões (RS), 10 de julho de 2026. VILSON JOSÉ SCHONS, Prefeito

### SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SIVERGS

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

No uso das atribuições estatutárias, CONVOCO as empresas integrantes da categoria econômica representada, localizadas na base de representação, para ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Sindicato, localizada à Av. Assis Brasil, nº 8787, Bairro Sarandi, em Porto Alegre/RS, no dia 16 de Julho de 2026, às 14 horas, em PRIMEIRA CONVOCAÇÃO ou, às 14h30, em SEGUNDA CONVOCAÇÃO, observados os quóruns legais de instalação, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

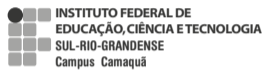
01. Autorização, ou não, para a Entidade, por seu Presidente, ou representante legal, da data da realização da Assembleia, até 31/07/2027, estabelecer negociações coletivas visando a celebração de convenções e/ou acordos coletivos de trabalho; propor, contestar e conciliar ações de dissídio coletivo e, ainda, intervir em outros conflitos coletivos de trabalho;

02. Fixação de contribuições das empresas integrantes da categoria econômica, associadas ou não, bem como as condições de eventual recusa, a fim de dar suporte financeiro para fazer frente às despesas da negociação coletiva e procedimentos judiciais, e visando a sustentabilidade da entidade sindical para exercer a defesa dos interesses da categoria (art. 511 e 513, "e", da CLT);

03. Outros assuntos.

Porto Alegre /RS, 10 de Julho de 2026.

Juliana Fraccaro  
Presidente



### MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

#### AVISO DE ADIAMENTO

Pregão Eletrônico n.º 90015/2026

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE informa que a sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 90015/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção de veículos, anteriormente prevista, foi adiada para o dia 30/07/2026, às 14h, a ser realizada por meio do Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)).

O edital permanece disponível no referido portal. Mais informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Licitações e Compras do Campus Camaquã, pelo telefone (51) 2170-0400.

Vagner Eusebio Bastos  
Diretor Geral

Instituto Federal Sul-rio-grandense Câmpus Camaquã

#### EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 27/07/2026, às 10:15hs / 2º Público Leilão: 28/07/2026, às 10:15hs

FERNANDA DE MELLO FRANCO, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, com escritório na Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG, autorizado por BANCO INTER S/A, CNPJ sob nº 00.416.968/0001-01, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023 e regulamentação complementar com Sistema de Financiamento Imobiliário, o seguinte: Apartamento 202, ao qual corresponde a fração ideal de 0,03987, com as seguintes características: localizado no primeiro andar ou segundo pavimento, com área real privativa de 68,978m², área real de uso comum de 11,4198m² e área real total de 80,3985m², estacionamento 02, ao qual corresponde a fração ideal de 0,00222, com as seguintes características: localizado no subsolo, com área real privativa de 12,8140m², área real de uso comum de 0,6364m² e área real total de 13,4504m². Integrantes do Edifício Residencial Solar das Palmeiras, construído sobre o terreno urbano, constituído do lote 18 e parte do lote 19 da quadra B, que recebeu o nº 74 da rua Bernardino Fonseca, loteamento Vila Nossa Senhora de Lourdes, Gravataí/RS. Imóveis objetos respectivamente da Matrícula CNM: 099291.2.0078750-42 trasladada da Matrícula nº 78750 e Matrícula CNM: 099291.2.0078768-85 trasladada da Matrícula nº 78768 do Registro de Imóveis da Comarca de Gravataí/RS. Dispensa-se as descrições completas dos IMÓVEIS, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando os mesmos descritos e caracterizados nas matrículas anteriormente mencionadas. 1º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 500.661,74 (quinhentos mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta e quatro centavos); 2º PÚBLICO LEILÃO - VALOR: R\$ 422.282,52 (quatrocentos e vinte e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos). O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará, também à vista, com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, responsabilizando-se, ainda, por todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023. Ficam os Fidejantes: MARIO HENRIQUE DOTTE JUNIOR, brasileiro, autônomo, nascido em 31/03/1978, RG: 3066471784 SSP/RS, CPF: 908.287.550-00 e DAIANA DA SILVA BISCHOFF, brasileira, professora autônoma, nascida em 18/11/1982, C.I.: 9080294508 SSP/RS, CPF: 004.406.300-88, casados entre si pelo regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na RDV RS 30, 9240 CD L7 17, PQ dos Anjos, Bairro Vila Imperial, Gravataí/RS, CEP: 94000-000, intimado(s) da data dos leilões pelo presente edital. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da Lei 9.514/97, incluído pela Lei 13.465/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) readquirir(em) o imóvel entregue em garantia fiduciária, sem concorrência de terceiros, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos, despesas e comissão de 5% do Leiloeiro, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do artigo 27 da Lei nº 9.514/97, com a redação dada pela Lei nº 14.711/2023, ainda que outros interessados já tenham efetuado lances para o respectivo lote do leilão. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através do site [www.francoleiloes.com.br](http://www.francoleiloes.com.br).

### MOR METALÚRGICA MOR S.A.

CNPJ 95.422.218/0001-40 - NIRE 43300019225

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 14/05/2026

1) LOCAL E HORA: Sede social da Metalúrgica Mor S.A., localizada na BR 471, km 132, Distrito Industrial, Santa Cruz do Sul/RS, às 10h do dia 14 de maio de 2026; 2) CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS: Foi dispensada a convocação por edital, de acordo com o artigo 124, parágrafo quarto da Lei 6404/76; 3) PRESENCAS: A totalidade dos acionistas, conforme atesta as assinaturas na própria no Livro de Presenças; 4) MESA DIRETORA DOS TRABALHOS: Presidente: André Luiz Backes; Secretário: André Luiz Backes Filho; 5) ORDEM DO DIA: Pelo Presidente foi dito que a presente sessão tinha por objetivo apreciar e deliberar a respeito da seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2025; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2025; DELIBERAÇÕES: a) Foi aprovado por unanimidade o relatório de atividades dos administradores e as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2025, sendo estas publicadas no Jornal do Comércio de Porto Alegre - RS, na página 05, na edição de 24, 25 e 26 de abril de 2026. b) Destinação do lucro líquido do exercício: Do Lucro Líquido do Exercício, no valor de R\$ 137.569.155,84 é deduzido o valor de R\$ 83.500.000,00 referente a ajuste devedor dos efeitos do registro dos juros sobre o capital próprio, destacados diretamente no Patrimônio Líquido, para fins de atendimento da legislação societária. Após o ajuste dos juros sobre capital próprio, o resultado ajustado ficou em R\$ 54.069.155,84 e teve a seguinte destinação: R\$ 283.694,62 foi destinado a Reserva Legal, R\$ 48.395.263,52 para reserva de incentivos fiscais, R\$ 5.228.455,76 para a Reserva de Lucros Acumulados e R\$ 161.741,94 a distribuição de lucros. Ficou também ratificada a remuneração de "Juros Sobre o Capital Próprio", no valor líquido de R\$ 70.957.000,00 e lançada a débito dos Lucros Acumulados, não havendo proposta dos dividendos estatutários, uma vez que referidos juros sobre capital próprio, líquidos de imposto na fonte, foram superiores a referidos dividendos. 6) ENCERRAMENTO E APROVAÇÃO: Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário a lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, vai por todos os presentes assinada. 7) ASSINATURAS: André Luiz Backes (Presidente da AGO); André Luiz Backes Filho (Secretário da AGO). Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio: André Luiz Backes (Presidente da AGO); André Luiz Backes Filho (Secretário da AGO). Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11831809 em 30/06/2026 da Empresa METALURGICA MOR S.A., CNPJ 95422218000140 e protocolo 262009226 - 29/06/2026. Autenticação: 8B490CA6D3137303AAACEAF07703550148967A. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://juicrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 26/200.922-6 e o código de segurança Ezh7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/06/2026 por José Tadeu Jacoby – Secretário-Geral.

### SINDICATO DOS VIGILANTES EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO, DOS VIGILANTES ORGÂNICOS, TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA

#### ELEIÇÕES SINDICAIS

Edital de divulgação do resultado do pleito e posse

A Comissão Eleitoral das eleições do SINDICATO DOS VIGILANTES EMPREGADOS EM EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO, DOS VIGILANTES ORGÂNICOS, TRABALHADORES EM VIGILÂNCIA, SEGURANÇA, FORMAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES DA ATIVIDADE DE SEGURANÇA PRIVADA com base territorial nos municípios de Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Capitão, Cerro Branco, Colinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Dr. Ricardo, Encantado, Encruzilhada do Sul, Estrela, Fontoura Xavier, General Câmara, Gramado Xavier, Herveiras, Ilópolis, Imigrante, Lagoão, Marques de Souza, Mato Leitão, Novo Cabrais, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Paverama, Poço das Antas, Pouso Novo, Progresso, Putinga, Relvado, Rio Pardo, Santa Clara do Sul, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Sério, Sinimbu, Teutônia, Traveseiro, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz, torna público que nos dias 06 e 07 de julho de 2026 foram realizadas as eleições sindicais para diretoria e conselho fiscal, tendo sido eleitos para o quadriênio 2026/2030, com posse no dia 25 de setembro de 2026 e início do mandato a partir do dia 01 de outubro de 2026, os seguintes associados: DIRETORIA: Presidente: Paulo Rogério de Lara, Vice-Presidente: Valmor Kuhl, Secretário Geral: Nelvandes Pedrosa de Oliveira, 1º Secretário: Adriano Kaufmann, 2º Secretário: Efraim Cristian da Rosa, Tesoureiro: Fabio Neitzke, 2º Tesoureiro: Rene Mantz. SUPLENTE DA DIRETORIA: 1º - Carlos Eduardo da Silva, 2º - Elisandro Jose Iochims, 3º - José Luiz Carlos de Oliveira, 4º - Almino Joel da Silveira, 5º - Paulo Fernando de Almeida, 6º - Sergio Luiz Mantz, 7º - Flavio Luiz Klafke. CONSELHO FISCAL: 1º - Claudio Kessler, 2º João Cácio Correa, 3º - Luis Antonio Franco. SUPLENTE DE CONSELHO FISCAL: 1º - Arnaldo da Silva, 2º - Nicolau Altair Figueiredo, 3º - Nilton Santos Martins.

Santa Cruz do Sul, 10 de julho de 2026.  
João Carlos Heissler – Comissão Eleitoral

### EDITAL DE PÚBLICO LEILÃO EXTRAJUDICIAL

CREDOR FIDUCIÁRIO MACAMO ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 25.080.804/0001-79, com sede e foro na Rua Guatemala, n.º 51, Bairro Santo Afonso, na cidade de Novo Hamburgo/RS, conforme instrumento particular de alienação fiduciária de bem imóvel em garantia firmado em 10/02/2023, promoverá a venda pública em leilão exclusivamente eletrônico (art. 14 da instrução normativa DRE/ME 2022 e art. 27, §10º, da Lei 9.514/97). 1º Leilão dia 20/07/26 - Fech. às 10h pelo valor de R\$ 2.402.607,58, por preço igual ou superior à avaliação do bem. 2º Leilão dia 22/07/26 - Fech. às 10h pelo valor de R\$ 2.032.570,93, por preço igual ou superior ao valor da dívida e demais despesas contabilizadas na forma do art. 27 da lei 9.514/1997. No segundo leilão, caso não haja lance que alcance referido valor, poderá ser aceito, a exclusivo critério da credora fiduciária, lance que corresponda a, pelo menos, metade do valor de avaliação do bem. Imóvel – Lote único: Matrícula 14.370 de 01/07/2026 - ocupado: Casa 06 (seis) do Condomínio Residencial Evergreen Villas, situado no Condomínio Horizontal de Lotes Green Village, localizado na Praia do Remanso, no Município de Xangri-Lá-RS, de frente para a Área Condominial, na orientação Sul, entre as casas 05 (cinco) e 07 (sete), possuindo escada interna que dá acesso ao pavimento superior, com área real privativa total de 335,32 m² (trezentos e trinta e cinco metros e trinta e dois decímetros quadrados), sendo 152,95 m² (cento e cinquenta e dois metros e noventa e cinco decímetros quadrados) de área privativa coberta padrão e 182,37 m² (cento e oitenta e dois metros e trinta e sete decímetros quadrados) de área privativa descoberta ou diferenciada, área real de uso comum de 22,72 m² (vinte e dois metros e setenta e dois decímetros quadrados), perfazendo a área real total de 358,04 m² (trezentos e cinquenta e oito metros e quatro decímetros quadrados), correspondendo-lhe a fração ideal de 0,083743 no terreno e nas coisas de uso comum. A esta unidade corresponde 01 (um) pátio privativo de uso exclusivo desta unidade, tendo as seguintes medidas e confrontações: Partindo na divisa Sul, no sentido Oeste/Leste, medindo 13,00 (treze metros); daí faz ângulo no sentido Sul/Norte, medindo 20,80 m (vinte metros e oitenta centímetros); daí faz ângulo no sentido Leste/Oeste, medindo 13,00 (treze metros); daí faz ângulo no sentido Norte/Sul, medindo 7,00 (sete metros); daí faz ângulo no sentido Oeste/Leste, medindo 10,00m (dez metros); daí faz ângulo no sentido Norte/Sul medindo 8,80 m (oito metros e oitenta centímetros); daí faz ângulo sentido Leste/Oeste, medindo 10,00m (dez metros); daí faz ângulo no sentido Norte/Sul, medindo 5,00m (cinco metros); chegando ao ponto de partida, fechando o perímetro com área total de 182,37m² (cento e oitenta e dois metros e trinta e sete decímetros quadrados). Avaliado em R\$ 2.402.607,58. Alienação Fiduciária Registrada na matrícula R/1/14.370 em 20/02/2023. Tudo conforme a matrícula nº 14.370 - Data 01/07/2026 - do Registro de Imóveis de Xangri-Lá-RS. VALOR DE AVALIAÇÃO DO IMÓVEL: R\$ 2.402.607,58. TOTAL DA DÍVIDA ATUALIZADA, SOMADA ÀS DESPESAS: R\$ 2.032.570,93. DEVEDORA: GEMAI GLOBAL TRADE COMÉRCIO ATACADISTA LTDA CNPJ sob o n. 08.472.336/0001-69. INTERVENIENTE GARANTIDOR: JOSÉ REINALDO RITTER, portador do RG n.º 1002748851 - CPF n.º 315.912.640-49. Edital completo no site do leiloeiro. Os interessados em participar do leilão deverão se cadastrar previamente no site [www.peterlongoleiloes.com.br](http://www.peterlongoleiloes.com.br). Informações: Com o Leiloeiro Giancarlo Peterlongo Lorenzini Menezes, endereço: Rua Sinimbu, 1878 - Sala 601 - Bairro Centro - Caxias do Sul - CEP : 95020-002, e-mail [peterlongoleiloes@peterlongoleiloes.com.br](mailto:peterlongoleiloes@peterlongoleiloes.com.br), site [www.peterlongoleiloes.com.br](http://www.peterlongoleiloes.com.br) telefone: (54) 3028-5579.

### BARU SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

CNPJ: 42.723.848/0001-99 - NIRE: 43300066975  
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Aos 28 dias do mês de abril de 2026, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 258, 16º andar, bairro Boa Vista, CEP 90480-000, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, reuniu-se em Assembleia Geral Extraordinária a totalidade dos acionistas da BARU SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, conforme assinaturas lançadas na ata de presença: 1. PAULO CESAR RUTZEN, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 4029938761 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 441.649.200-68, residente e domiciliado na Rua Alcides Gonzaga, nº 145, bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90480-020; 2. GUILHERME DE SOUZA PREVIDI, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1057765826 SJS/RS, inscrito no CPF sob o nº 008.296.720-28, residente e domiciliado na Avenida João Obino, nº 303, apto nº 502, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-150; 3. FERNANDA LIGOCKI ZEN RUTZEN, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2053039935 SSP/RS, inscrita no CPF sob o nº 916.886.040-49, residente e domiciliada na Rua Alcides Gonzaga, nº 145, bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90480-020; 4. LUIZ ANTONIO MARTINS FEISTAUER, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1005621949 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº 436.683.800-15, residente e domiciliado na Rua Marquês do Herval, nº 75, apto nº 71, bairro Moínhos de Vento, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, CEP 90570-140; 5. JANAINA PERICOLO, brasileira, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4085740217 SJS/RS, inscrita no CPF sob o nº 828.496.680-87, residente e domiciliada na Avenida João Obino, nº 303, apto nº 502, bairro Petrópolis, Porto Alegre/RS, CEP 90470-150. Verificada a presença da totalidade dos acionistas, representando 100% (cem por cento) do capital social, conforme assinaturas lançadas na ata de presença, a convocação da Assembleia foi dispensada, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. MESA DOS TRABALHOS: Assumiu a presidência dos trabalhos o acionista PAULO CESAR RUTZEN, que convidou o acionista GUILHERME DE SOUZA PREVIDI para secretariar a mesa, o qual aceitou o encargo, ficando assim constituída a mesa. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a redução do capital social da Companhia, com o cancelamento proporcional das ações ordinárias de sua emissão, e sobre as consequências alterações do Estatuto Social. DELIBERAÇÕES: Após as discussões e esclarecimentos necessários, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, deliberaram o que segue: 1. Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade, a redução do capital social da Companhia por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, nos termos do art. 173 da Lei 6.404/1976, no montante de R\$ 54.511,03 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e onze reais e três centavos). Fica expressamente ressalvado que a presente deliberação restará sob condição suspensiva de eficácia, tornando-se eficaz somente após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para oposição de credores, contado da publicação da presente Ata, nos termos do artigo 174 da Lei nº 6.404/1976. Em decorrência dessa redução, o capital social da Companhia passará a ser de R\$ 7.717.547,00 (sete milhões, setecentos e dezesseite mil, quinhentos e quarenta e sete reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (hum real), distribuídas proporcionalmente às ações de cada acionista. 2. Em decorrência da redução de capital ora aprovada, operar-se-á o cancelamento de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, em quantidade necessária à adequação da composição acionária ao novo capital social, mediante a restituição de capital aos acionistas da Companhia, observada a proporcionalidade da participação atualmente detida por cada acionista, sem alteração de seus respectivos percentuais de participação no capital social. Consigna-se que o pagamento da referida restituição aos acionistas fica condicionado ao decurso do prazo do art. 174 da Lei nº 6.404/1976 sem que haja oposição tempestiva de credores. 3. Em razão das deliberações acima, os acionistas aprovaram a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, cuja vigência e eficácia ficam igualmente suspensas até o decurso do prazo legal de oposição de credores, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 7.717.547,00 (sete milhões, setecentos e dezesseite mil, quinhentos e quarenta e sete reais), dividido em 7.717.547 (sete milhões, setecentos e dezesseite mil, quinhentos e quarenta e sete) de Ações Ordinárias, todas nominativas de valor nominal de R\$1,00 (um real) cada.". 4. Permanecem inalterados os demais dispositivos estatutários. Em decorrência da deliberação supra, aprova-se a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que integra o Anexo I a esta Ata, cuja eficácia e entrada em vigor ficam igualmente condicionadas ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias do artigo 174 da Lei nº 6.404/1976. Sendo uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente. 5. O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no presente exercício, não havendo, portanto, parecer quanto à redução do capital social deliberada, nos termos do §1º do art. 173 da Lei 6.404/1976. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, a Assembleia foi encerrada. A presente Ata foi lavrada, lida e aprovada por todos os acionistas presentes, com assinatura do Presidente e Secretário da Mesa. Porto Alegre, 28 de abril de 2026. Mesa: Paulo Cesar Rutzen (Presidente) - Guilherme de Souza Previdi (Secretário)

Escaneie o QR Code e acesse o canal no WhatsApp



Jornal do Comércio

© jornal de economia e negócios do RS

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 07/2026-90007/2026:** *Contratação de serviços de suporte técnico a usuários de soluções de tecnologia da informação, com dedicação exclusiva de mão de obra. Recebimento de propostas até às 11h do dia 24/07/2026, através do Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos na Coordenadoria de Licitações e Contratos, sita na Av. Praia de Belas, nº 1.100, prédio administrativo, 6º andar, ala norte, em Porto Alegre/RS, telefone (51)3255-2226, das 10h às 18h, ou nos sites [www.trt4.jus.br](http://www.trt4.jus.br) e [www.gov.br/compras/edital/80014-5-90007-2026](http://www.gov.br/compras/edital/80014-5-90007-2026).*

**KARINA DURIGON**  
Coordenadora de Licitações e Contratos

**Prefeitura Municipal de Farroupilha**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2026 - ALTERAÇÃO DE EDITAL Nº 01**

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, pelo sistema de registro de preços, de tubos de concreto armado PA-2, meias-canas de concreto, aduelas/galerias pré-moldadas, tampas e caixas pré-moldadas para bocas de lobo, para a Secretaria Municipal de Obras e Trânsito, para eventual e futura aquisição. Data da sessão: 03/08/2026, às 08h30min.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 82/2026**

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de sonorização, iluminação, estruturas e imagem para o Festival de Inverno de 2026, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data da sessão: 24/07/2026, às 08h30min.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026**

Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços de cestas básicas a serem entregues à população em situação de vulnerabilidade social, para eventual e futura aquisição. Data da sessão: 31/07/2026, às 08h30min.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 84/2026**

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, pelo sistema de registro de preços, de materiais elétrico-eletrônicos para manutenção e expansão da rede de iluminação Pública do Município de Farroupilha para eventual e futura aquisição. Data da sessão: 27/07/2026, às 13h30min.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 85/2026**

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, pelo sistema de registro de preços, de mobiliário para as escolas da rede municipal para eventual e futura aquisição. Data da sessão: 24/08/2026, às 08h30min.

Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou no site: [www.farroupilha.rs.gov.br](http://www.farroupilha.rs.gov.br).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, através de seu Prefeito Municipal, torna público que realizará licitação tipo menor preço, nos termos da Lei nº14.133/2021, de acordo com as informações abaixo: Processo nº102/2026 – Pregão Eletrônico Reg. Preços nº19/2026, para contratação de empresa para o fornecimento de bombonas, coleta, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos de serviços de saúde – SMS (RETIFICADO), no dia 23/07/2026, às 09:15hs. Processo nº187/2026 – Pregão Elet. nº035/2026, para aquisição de um veículo tipo Van de passageiros, com acessibilidade, 0 km, ano/modelo mínimo 2025/2026, e demais especificações do edital – SMS, no dia 28/07/2026, às 09:15hs. Processo nº189/2026 – Pregão Eletrônico Reg. Preços nº36/2026, para definição de reg. preços para aquisição de unstein, meio-fio e canos de concreto e de polietileno, pelo período de um ano – SMOU, no dia 24/07/2026, às 09:15hs. Processo nº201/2026 – Pregão Eletrônico Reg. Preços nº37/2026, para definição de reg. preços para prestação de serviços de borracharia e auto socorro para os veículos da frota municipal – SMOU, no dia 27/07/2026, às 09:15hs. Processo nº202/2026 – Concorrência Reg. Preços nº11/2026, para definição de reg. preços para cont. emp. serviços de limpeza, transporte e destinação final dos resíduos de dispositivos de drenagem pluvial, e demais especificações do edital, pelo período de um ano – SMOU, no dia 29/07/2026, às 09:15hs. As propostas deverão ser apresentadas até o dia do julgamento. Os respectivos editais encontram-se à disposição na sede da CMLC, sino link LICITACON do site [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br), no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), ou via e-mail, gratuitamente. Neromar de Araújo Guimarães, Prefeito Municipal.

**Câmara Municipal de Porto Alegre**  
**LICITAÇÃO**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE torna pública a abertura do seguinte certame:  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026.**  
**PROCESSO SEI Nº 139.00003/2026-43.**

**OBJETO:** Concessão onerosa de uso de área da Câmara Municipal de Porto Alegre, com disponibilização dos equipamentos e instalações existentes, destinada à exploração de atividade econômica de fornecimento e comercialização de refeições, lanches, bebidas e produtos correlatos, por empresa especializada no ramo.

**DESTINAÇÃO:** Preferencial para MEs e EPPs.

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 09 horas do dia 10-07-2026.

**LIMITE PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** 08h59min do dia 31-07-2026.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 09 horas do dia 31-07-2026.

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** 10 horas do dia 31-07-2026.

Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis por meio do site [www.pregaobanrisul.com.br](http://www.pregaobanrisul.com.br). Os interessados deverão cadastrar senhas de acesso na Subsecretaria da Administração Central de Licitações – Celic. Informações poderão ser obtidas por meio do telefone (51) 3220-4133 ou do endereço eletrônico [pregaoc@camarapoa.rs.gov.br](mailto:pregaoc@camarapoa.rs.gov.br).

Porto Alegre, 09 de julho de 2026.  
**LEANDRO VILLELA CEZIMBRA**, Diretor-Geral.

**MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Lic. 199/2026. Pregão Eletrônico 117/2026.** Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição e instalação de redes de proteção para a quadra cobertas da EMEF Gonçalves Dias, do CMEFI Prof. José Luis Rhoden e da EMEI Ledi Libardoni, conforme especificações constantes do termo de referência (Anexo I) do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por lote. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 03/08/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 200/2026. Pregão Eletrônico 118/2026.** Obj. Registro de preços para eventual e futura aquisição de caixas empilháveis para uso das escolas municipais e setor de merenda, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência (Anexo I do edital). Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 24/07/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 201/2026. Pregão Eletrônico 119/2026.** Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de laboratório de ciências portátil para as escolas municipais, conforme especificações constantes do termo de referência (Anexo I) do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 27/07/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 202/2026. Pregão Eletrônico 120/2026.** Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de expediente para as Escolas Municipais, conforme especificações constantes do termo de referência (Anexo I) do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 05/08/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 203/2026. Pregão Eletrônico 121/2026.** Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para as escolas municipais de Três Passos, conforme especificações constantes do termo de referência (Anexo I) do edital. Critério de Julgamento: Menor valor por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 24/07/2026, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**Lic. 204/2026. Inexigibilidade 50/2026.** Obj. Contratação da empresa DPM EDUCACAO LTDA, CNPJ 13.021.017/0001-77, para fornecimento de treinamento para a Servidora Sandra Urnau da SMEC, sobre "Alimentação escolar em foco", por inexigibilidade. Base legal: Art 72 e 75, III, "f" da Lei Federal 14.133/2021.

**Lic. 205/2026 Inexigibilidade 51/2026.** Obj. Aquisição de módulo de chassis original, para a retroscavadeira XCMG modelo XC870BR-1 da frota da SMAAG. Contratada: GR Máquinas Ltda, CNPJ 14.767.899/0001-87. Valor R\$3.995,00. BL art. 74, I, instruído pelo art. 72 da Lei Federal 14.133/2021

**Lic. 206/2026 Inexigibilidade 52/2026.** Obj. Adesão a ata de registro de preços 19/2025 Pregão Eletrônico 23/2025 do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU, para aquisição de dois veículos automotores novos, tipo sedan. Valor R\$314.000,00. BL art. 74, Caput, instruído pelo art. 72 c/c art. 86, todos da Lei Federal 14.133/2021.

Edital disponível na íntegra no site: [www.trespazos.rs.gov.br](http://www.trespazos.rs.gov.br) licitações 2026. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito.

**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 108/2026**

OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva mensal e corretiva, na modalidade integral, com fornecimento de peças e demais insumos, assistência técnica e consultoria, para os sistemas de climatização por expansão direta e indireta, refrigeração, ventilação e exaustão dos prédios, próprios ou locados, utilizados pela Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, localizados em Porto Alegre - RS e Canoas - RS. EDITAL: sites [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tre-rs.jus.br](http://www.tre-rs.jus.br) a partir desta data. SESSÃO PÚBLICA: 27-7-2026 às 14 horas, no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**ANA GABRIELA DE ALMEIDA VEIGA**  
Diretora-Geral

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**

**PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO**

**LICITAÇÃO:** Pregão nº 90009/2026 – Proc. nº 0003279-90.2026.4.04.8000.

**OBJETO:** aquisição de 6 (seis) notebooks de alto desempenho, com garantia técnica de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) meses.

**ABERTURA:** 23/07/2026, às 14 horas.

**LOCAL:** Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90010-395

**EDITAL:** nos sites [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br); [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) e [www.gov.br/pncp/pt-br](http://www.gov.br/pncp/pt-br).

**Marco Antônio Acosta Pinto**, Diretor do Núcleo de Licitações e Contratos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI-RS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico nº 017/2026**

**Objeto:** Registro de preços para aquisições futuras de materiais de construção em geral, destinados a suprir a demanda do Município de Taquari, RS. **Data: 23 de julho de 2026, às 09h.** Edital e maiores informações, Prefeitura Municipal, Rua Osvaldo Aranha, 1790 ou fone (51)3653 6200, ramal 6246/6247, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min, ou e-mail: [dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br](mailto:dep.licitacoes@taquari.rs.gov.br) ou pelos sites: [www.taquari.rs.gov.br](http://www.taquari.rs.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**ADAIR ALBERTO OLIVEIRA DE SOUZA**  
Secretário Municipal da Fazenda

**Prefeitura Municipal de David Canabarro**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026**

**OBJETO – AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO (menor preço).** Abertura: **23 DE JULHO DE 2026 ÀS 08H30MIN.** Local: Portal de Compras Públicas. O edital encontra-se disponível no site <http://www.davidcanabarro.rs.gov.br>, e no site <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>. Informações na Prefeitura Municipal, na Rua Ernesto Rissato, nº 265, David Canabarro, ou pelo fone: (54) 3351-1214.

**Lauro Antônio Benedetti- Prefeito Municipal.**

**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS**  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 001/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, intima o citado a seguir, cuja localização é incerta e desconhecida, para comparecer à sede do Regional, sito à Rua Cel. Genuino, 421, Conj. 401, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-350, para conhecimento da decisão proferida nos Processos Ético-Disciplinares: 1. 2019/000044 - VITOR LUIZ DE SOUZA ANERIS, CREF 008191-G/RS., nos termos do art. 48, inciso V, da Resolução CONFEF 509/2023, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação. Fica ciente a parte notificada que a falta de manifestação importará no arquivamento do processo da forma como se encontra.

Porto Alegre, 10 de julho de 2026.  
**Alessandro de Azambuja Gamboa - Presidente**

**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS**  
**EDITAL DE CITAÇÃO Nº 001/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, CITA o(a) denunciado(a) a seguir, cuja localização é incerta e desconhecida, para comparecer à sede do Regional, sito à Rua Cel. Genuino, 421, Conj. 401, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-350, para apresentar defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação, sendo-lhes assegurados cópias dos autos: 1. PAF 000405/2024 - WS FITNESS LTDA., CREF 006427-P/J/RS. 2. PAF 000007/2025 - CROSS LIFE VERA CRUZ LTDA., CREF 005681-P/J/RS. 3. PAF 000008/2025 - 19 ACADEMIA LTDA, CREF 004118-P/J/RS. 4. PAF 000010/2025 - PRIME FIT ACADEMIA LTDA., CREF 005896-P/J/RS. 5. PAF 000094/2025 - SMARTFIT ESCOLA DE GINÁSTICA E DANÇA S.A, CREF 007162-P/J/RS. 6. PAF 000197/2025 - METAMORFOSE ACADEMIA DE GINÁSTICA LTDA., CREF 005894-P/J/RS. 7. PAF 000235/2025 - ADAO SAMARONE CASSURIAGA OLIVEIRA, CREF 021759-G/RS., nos termos do § 7º do art. 48 da Resolução CONFEF 509/2023 e § 7º do art. 34 da Resolução CONFEF 511/2023. Fica ciente a parte notificada que a falta de manifestação importará na continuidade do processo da forma como se encontra.

Porto Alegre, 10 de julho de 2026. **Alessandro de Azambuja Gamboa - Presidente**

**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS**  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 003/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Resolução CONFEF nº 509/2023, INTIMA, por meio do presente edital, os profissionais e respectivos procuradores abaixo relacionados, cuja localização encontra-se em local incerto e não sabido, para que, querendo, interponha Recurso Especial no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado do primeiro dia útil seguinte ao da publicação deste edital, nos termos do art. 122 da Resolução CONFEF nº 509/2023: 1. PED 2022/000080 - KENER FABIO GOTO ZAMBELLI, CREF 012650-G/RS, PROCURADOR PABLO WEISSHELMER PRESTES, OAB/RS 81.190. 2. PED 2023/000049 - EDMAR DA SILVA MAEIRA, CREF 021899-G/RS, PROCURADOR BERNARDO DALL'OLMO DE AMORIM, OAB/RS 72.923. Os interessados poderão obter acesso aos autos e protocolar o recurso junto à sede do CREF2/RS, localizada na Rua Coronel Genuino, nº 421, conjunto 401, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90010-350.

Porto Alegre, 10 de julho de 2026.  
**Alessandro de Azambuja Gamboa**  
Presidente

**CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS**  
**EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 002/2026**

O CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 2ª REGIÃO – CREF2/RS, Autarquia Federal, criada pela Lei nº 9.696/98, por meio de seu Presidente, torna público, para ciência dos profissionais abaixo identificados, que, esgotadas todas as tentativas de notificação pessoal pelos meios disponíveis (correios, e-mail e WhatsApp), ficam, por este edital, intimados sobre a existência de débitos perante esta Autarquia: 1. PED 2019/000044 - VITOR LUIZ DE SOUZA ANERIS, CREF 008191-P/RS. 2. PED 2021/000043 - DIONATAN MACHADO SIMON, CREF 017695-G/RS. 3. PED 2022/000153 - RONIERI MACHADO FRANÇA, CREF 023205-G/RS, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação, efetuar o pagamento do débito ou requerer o parcelamento junto ao setor de cobrança do CREF2/RS. O não atendimento a esta notificação poderá implicar a inscrição do débito em dívida ativa e consequente ajuizamento de execução fiscal, nos termos da Lei nº 12.514/2011 e da legislação federal aplicável. Para regularização, entrar em contato com o departamento responsável, pelo e-mail: [negociacao@cref.org.br](mailto:negociacao@cref.org.br) ou WhatsApp (51) 93355-4140.

Porto Alegre, 10 de julho de 2026.  
**Alessandro de Azambuja Gamboa - Presidente**

**MUNICÍPIO DE ITAPUCA/RS**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2026**

O Prefeito Municipal de Itapuca/RS TORNA PÚBLICO que se encontra aberto a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que tem por objetivo o **Registro de Preços Para Futuras e Eventuais Locações de Impressoras e Multifuncionais**. As propostas e documentos deverão ser apresentados até às **08h29min do dia 27 de julho de 2026, sendo a sessão pública na mesma data às 08h30min**. Editais e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, pelo telefone (51) 9.9618.2895, pelos sites [www.itapuca.rs.gov.br/licitacoes](http://www.itapuca.rs.gov.br/licitacoes) ou [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou ainda pelo e-mail [compras@itapuca.rs.gov.br](mailto:compras@itapuca.rs.gov.br).

Itapuca/RS, 09 de julho de 2026. **Delavir Scorsatto – Prefeito Municipal.**

## Dívida desafia fusão de Paramount e Warner

David Ellison, fundador da produtora Skydance Media e filho do cofundador da Oracle, Larry Ellison, terá pela frente o desafio de administrar uma empresa com cerca de US\$ 80 bilhões em dívida após a fusão entre Paramount e Warner Bros. Discovery. Segundo o The Wall Street Journal, o sucesso da operação dependerá da capacidade de reduzir o endividamento sem comprometer os investimentos em conteúdo e streaming.

Empresa herda uma das maiores dívidas do setor de mídia. Após a conclusão da operação, a empresa combinada deverá ter dívida líquida equivalente a cerca de 6,5 vezes o lucro operacional medido em Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) anual, patamar considerado elevado por analistas, como Moffett Nathanson, que classificou o número como “impressionante”.

Arquiteto do negócio promete crescimento sem repetir forte política de cortes adotada pela Warner sob David Zaslav. Ellison afirma que não pretende vender ativos nem reduzir gastos com conteúdo, defendendo que a estratégia da fusão está baseada na expansão dos negócios.

Paramount prevê que a empresa resultante da fusão gerará uma receita anual de aproximadamente US\$ 69 bilhões. Após a implementação das sinergias, a empresa espera um Ebitda ajustado de cerca de US\$ 18 bilhões. A companhia também projeta um orçamento de conteúdo superior a US\$ 30 bilhões para a empresa combinada após a conclusão da transação.

Plano passa por necessidade de alcançar economias de US\$ 6 bilhões em sinergias nos próximos três anos. A maior parte dos ganhos deverá vir da integração das plataformas de streaming e da eliminação de estruturas sobrepostas, processo que pode resultar em cortes significativos de empregos.

Desafio é que muitos ajustes já foram feitos. A Paramount passou por vários ciclos de redução de custos nos últimos anos, tanto antes quanto depois da venda para a Skydance de Ellison. Por isso, muitos executivos atuais e antigos da Warner dizem que as repetidas rodadas de cortes de custos já eliminaram grande parte das economias óbvias, deixando-os sem saber o que ainda resta para cortar. Grande parte da flexibilidade financeira depende da obtenção dos US\$ 6 bilhões em sinergias prometidas dentro de três anos.



# MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### APRESENTAÇÃO

A Administração da Companhia apresenta o Relatório da Administração referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaborado em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e demais regulamentações aplicáveis.

Este relatório deve ser analisado em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, as quais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### CONTEXTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 28 de março de 2024, perante a Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, foi ajuizada ação de "Recuperação Judicial", nos termos da Lei No 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial").

O Pedido de Recuperação Judicial busca garantir a sustentabilidade da Medabil, permitindo à Companhia meios para sua reorganização e honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer serviços aos seus clientes, assim possibilitando a continuidade de suas atividades, a preservação do valor da Companhia, a manutenção dos empregos e o estímulo à atividade econômica.

O processamento da Recuperação Judicial foi deferido, encontrando-se, até 31 de dezembro de 2025, em fase de deliberação pelos credores, sem que tenha ocorrido a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial ("PRJ").

O processo está sendo conduzido com o auxílio e suporte de profissionais e empresas especializadas, com transparência e respeito, garantindo todos os direitos trabalhistas dos colaboradores envolvidos, com propósito de adequar os custos e as estruturas da Companhia ao atual momento econômico-financeiro e ao Pedido de Recuperação Judicial. Dentre os motivos da crise que norteia a Companhia estão principalmente: (i) inúmeros desafios que a Companhia enfrentou nos últimos anos, advindos inicialmente da crise econômica do país no período 2016/2017 e logo depois no período da pandemia (OMS – início em março de 2020; (ii) manutenção da taxa de juros em nível elevado; (iii) a corrosão do capital próprio em decorrência do acúmulo de resultados econômicos negativos e consequente aumento do endividamento e redução da capacidade de pagamento; (iv) a dificuldade de acesso a fontes de financiamentos a taxas usuais de mercado e; (v) a necessidade de adaptação do custo fixo à nova realidade mercadológica.

Historicamente, a companhia produzia acima de 60 mil toneladas por ano. A crise econômica do país e a pandemia retraíram bruscamente a demanda do mercado, afetando diretamente o desempenho da empresa, desencadeando o agravamento da situação financeira e ocasionando elevada ociosidade na estrutura fabril, culminando no período de recuperação judicial para poder readequar aos novos tempos e viabilizar sua retomada de crescimento. O Plano de Recuperação Judicial foi apresentado tempestivamente, contemplando, entre outras, as seguintes medidas:

- Reestruturação do passivo financeiro;
- Alongamento de prazos de pagamento;
- Aplicação de deságios, conforme classe de credores;
- Adequação da estrutura operacional.

Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, o plano encontra-se pendente de aprovação em Assembleia Geral de Credores e de posterior homologação judicial. Os passivos sujeitos à Recuperação Judicial permanecem registrados conforme condições originalmente contratadas, quando aplicável às normas contábeis. Não foram reconhecidos os efeitos contábeis do referido plano até essa data.

Durante o exercício, a Companhia manteve regular cumprimento das obrigações processuais, incluindo o fornecimento de informações ao Administrador Judicial, conforme exigido pela legislação vigente.

### CONTINUIDADE OPERACIONAL

Após o pedido de recuperação judicial, a Companhia iniciou um processo estruturado de readequação operacional, financeira e estratégica, com foco na preservação de suas atividades e na retomada sustentável de crescimento.

Nesse contexto, desde o pedido de recuperação judicial, vem sendo implementadas medidas voltadas à otimização de custos, reorganização de processos internos e fortalecimento da governança, o que contribuiu para o restabelecimento gradual da confiança de clientes, fornecedores e parceiros comerciais.

Como resultado dessas iniciativas, a Companhia registrou uma retomada consistente de suas operações, com destaque para o crescimento expressivo do volume de vendas em relação ao período anterior. Esse desempenho foi impulsionado tanto pela reativação de contratos relevantes quanto pela conquista de novos clientes.

Em 2025, a Companhia vendeu o equivalente a 34,3 mil toneladas de produtos acabados, representando aproximadamente R\$ 504 milhões na linha de receita bruta, o que representou cerca de 62% e 93% de incremento sobre os períodos pré (2023) e pós (2024) pedido de recuperação judicial, respectivamente, evidenciando a recuperação gradual do nível de atividade operacional, conforme se observa no quadro a seguir:



Em decorrência dessas vendas, a Companhia iniciou o exercício de 2026 com o backlog de 21 mil toneladas em carteira com entrega prevista para o ano de 2026.

A Companhia manteve elevado nível de comprometimento com a execução e entrega de obras, priorizando o cumprimento de prazos, a qualidade dos projetos e a satisfação dos clientes. No ano de 2025, a Companhia entregou todas as obras dentro do prazo. No total, foram entregues 139 obras (19.969 toneladas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avançou de forma consistente no repêlimento de suas obrigações, com ênfase no parcelamento de compromissos junto a fornecedores extraconcursais e na regularização de passivos tributários. As negociações realizadas permitiram o alongamento de prazos, a adequação dos fluxos de pagamento à atual capacidade de geração de caixa e a recomposição de condições comerciais estratégicas, assegurando a continuidade do fornecimento de insumos e serviços essenciais às operações. No âmbito tributário, a adesão a programas de parcelamento específicos contribuíram para a mitigação de riscos e maior previsibilidade financeira, fortalecendo a estrutura de capital de giro e sustentando o processo de recuperação da Companhia. Para o ano de 2026, a Companhia espera finalizar o parcelamento dos impostos federais que estão em fase de análise junto a Procuradoria da Fazenda.

Não obstante, a Administração reconhece que a aprovação do Plano de Recuperação Judicial e a efetiva reestruturação do passivo são fatores relevantes para a continuidade da recuperação econômico-financeira da Companhia. Contudo, entende que a melhora significativa de seu desempenho operacional e financeiro tem fortalecido sua capacidade de negociação com os credores, ampliando as perspectivas de êxito na reestruturação de suas obrigações.

### DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Em termos de obras faturadas em 2025, a Receita Bruta apresentou um incremento de 37% em relação ao mesmo período de 2024, totalizando R\$ 274 milhões (R\$ 200,3 milhões em 2024). Entre os principais motivos para esse incremento, destacamos: retomada de vendas após o pedido de recuperação judicial; novos mercados, principalmente na América Latina; a retomada de clientes anteriores ao pedido de recuperação.

O CPV da Companhia em 2025 foi de R\$ 186 milhões e apresentou uma leve redução em relação ao faturamento no mesmo ano (67,8% faturamento em 2025 contra 68,5% do faturamento de 2024), mesmo sendo 35,7% maior que o verificado em 2024 (R\$ 137 milhões). A margem bruta, manteve-se em 25% sobre a receita líquida.

A Companhia implementou medidas estruturadas de redução e controle de custos, destacando-se: (i) Revisão de contratos com fornecedores estratégicos; (ii) Reestruturação de despesas administrativas e gerais; (iii) Otimização de processos operacionais e eliminação de ineficiências. A Companhia apresentou Lucro Bruto de R\$ 61,3 milhões sendo 32% maior em comparação ao mesmo período de 2024 (R\$ 46,5 milhões) correspondendo a 22,4% do faturamento em 2025 e de 23,2% em relação ao faturamento de 2024.

O EBITDA (Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras, Impostos, Depreciação e Amortização) foi positivo em R\$ 20,9 milhões em 2025.

R\$ mil	2025	2024
Resultado do exercício	11.241	(443)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.953	9.953
Resultado financeiro	5.148	5.148
Depreciação e amortização	20.899	20.899

A Administração destaca que os resultados de 2025 não incorporam efeitos decorrentes de eventual reestruturação do passivo sujeita à aprovação do processo de recuperação judicial.

### CONTROLES INTERNOS E GOVERNANÇA

A Administração vem reforçando seus mecanismos de controle interno e governança, com foco em:

- Acurácia e confiabilidade das informações financeiras;
- Monitoramento contínuo do fluxo de caixa;
- Conformidade com obrigações legais, regulatórias e fiscais;
- Suporte técnico e informacional ao processo de recuperação judicial.

No contexto do aprimoramento dos controles internos e da qualidade das informações contábeis, a Companhia procedeu, ao longo do exercício de 2025, à revisão de práticas contábeis adotadas em exercícios anteriores.

Como resultado desse processo, foram identificadas necessidades de ajustes relacionados a períodos anteriores, os quais foram devidamente reconhecidos em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Balancos patrimoniais				
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	2025	Reapresentado Nota Nº 4	2024
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.914	3.689	
Contas a receber de clientes	6	34.856	49.331	
Estoques	7	36.938	36.614	
Tributos a recuperar	8	18.458	15.464	
Adiantamento a fornecedores	9	14.890	18.548	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>108.056</b>	<b>123.646</b>	
<b>Ativo não circulante</b>				
<b>Ativo realizável a longo prazo</b>				
Despesas antecipadas		2.614	3.769	
Depósitos judiciais		3.696	3.310	
Outros ativos não circulantes	474	433	7.512	
		<b>6.784</b>	<b>7.512</b>	
Imobilizado	11	66.976	69.229	
Intangível	12	5.135	6.552	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>78.895</b>	<b>83.293</b>	
<b>Total do ativo</b>		<b>186.951</b>	<b>206.939</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Capital social	Reserva de Capital (Incentivos fiscais)	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos divulgado originalmente em 1o de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(618.144)	(415.721)
Ajustes – Nota Nº 4	-	-	-	(195.301)	(195.301)
Saldos reapresentados em 1o de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(813.445)	(611.022)
Outros resultados abrangentes	-	-	(59)	89	30
Prejuízo no exercício	-	-	-	(262.411)	(262.411)
Ajustes – Nota Nº 4	-	(1.895)	(4.957)	(4.016)	(10.868)
Saldos reapresentados em 31 de dezembro 2024	173.904	-	21.608	(1.079.783)	(884.271)
Outros resultados abrangentes	-	-	(586)	-	(586)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	11.241	11.241
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>173.904</b>	<b>-</b>	<b>21.022</b>	<b>(1.068.542)</b>	<b>(873.616)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

**1. Contexto operacional**  
A Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A. – Em Recuperação Judicial ("Medabil" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Nova Bassano (RS), controlada pela Bassano Participações Ltda., que atua no desenvolvimento, fabricação e montagem de sistemas construtivos metálicos. Com mais de 59 anos de atuação, mantém posição relevante no mercado brasileiro e operações de exportação para países da América Central e do Sul.

#### 1.1 Situação econômica e financeira da Companhia

A Companhia enfrenta dificuldades econômico-financeiras decorrentes de fatores operacionais, financeiros e de mercado acumulados ao longo dos últimos exercícios. Em razão desse cenário, os acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de março de 2024, o ajuizamento do pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, o qual foi deferido em 28 de março de 2024, no processo nº 5067855-09.2024.8.21.0001, da Comarca de Porto Alegre.

Desde então, a Administração vem implementando medidas de reestruturação operacional e financeira, contemplando renegociação de obrigações, revisão de custos e despesas, otimização de processos e fortalecimento do fluxo de caixa, com o objetivo de assegurar a continuidade das operações e preservar o valor da Companhia.

A Companhia segue conduzindo o processo de recuperação judicial, aguardando a deliberação do Plano de Recuperação Judicial à Assembleia Geral de Credores convocada para 19 de junho de 2026, em primeira convocação, não foi instalada em razão da ausência do quórum mínimo legal. Dessa forma, permanece convocada a Assembleia Geral de Credores em segunda convocação para 16 de julho de 2026, ocasião em que será submetido à deliberação dos credores o Plano de Recuperação Judicial.

Paralelamente, foram implementadas medidas de redução de custos e reestruturação organizacional, com redefinição do foco das unidades industriais e fortalecimento da atuação comercial nos mercados da América Central e do Sul, ampliando a participação em projetos de infraestrutura e reduzindo a dependência do mercado doméstico.

Como reflexo dessas iniciativas, todas as obras contratadas em 2025 foram entregues dentro dos prazos acordados, reforçando a recuperação operacional da Companhia.

#### 2. Base de Preparação das demonstrações financeiras

##### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o pressuposto da continuidade operacional. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o capital circulante líquido negativo de R\$ 113.551 (R\$160.669 em 2024), prejuízo acumulado de R\$ 1.068.542 (R\$ 1.079.783 em 2024) e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 873.616 (R\$ 884.271 em 2024).

A Administração concluiu que o pressuposto de continuidade operacional permanece apropriado, entretanto, a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial representam fatores relevantes para a continuidade da companhia, configurando incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional.

Adicionalmente, a Administração acompanha continuamente as projeções de fluxo de caixa, capital de giro e necessidades operacionais, com o suporte de assessores financeiros e jurídicos especializados, concluindo que a Companhia possui condições de manter a continuidade de suas operações.

Dessa forma, as demonstrações financeiras não contemplam ajustes relacionados à realização dos ativos e à liquidação ou classificação dos passivos que seriam necessários caso o pressuposto de continuidade operacional não fosse considerado adequado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de junho de 2026.

Tais ajustes tiveram como objetivo: (i) refletir de forma mais adequada a posição patrimonial e financeira da Companhia; (ii) corrigir distorções decorrentes de práticas anteriormente adotadas; (iii) alinhar os registros contábeis às práticas contábeis vigentes no Brasil.

Os efeitos relevantes foram tratados de forma retrospectiva, quando aplicável, e devidamente divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis, não representando alteração nas operações correntes da Companhia, mas sim aprimoramento na qualidade da informação contábil. A Administração reforça que tais revisões fazem parte do processo de fortalecimento da governança corporativa e transparência, especialmente no contexto da Recuperação Judicial.

### COMPROMISSO COM A QUALIDADE

Apesar das dificuldades atravessadas nos últimos anos e da recuperação judicial, procuramos manter nossas medidas de equacionamento financeiro e nossas políticas de qualidade, como a Política Integrada do SIG-ME e Centro de Treinamento (CTM).

Na Política Integrada do SIG ME a MEDABIL assume como compromisso buscar a melhoria contínua do sistema integrado de gestão com domínio tecnológico, implementada e mantida em todos os níveis da empresa, e disponibilizada ao público, clientes, fornecedores e demais partes interessadas. Para tanto compromete-se a: (i) atender às necessidades dos clientes e demais partes interessadas; (ii) buscar a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços; (iii) prevenir permanentemente a poluição, acidentes de trabalho, e doenças ocupacionais, assegurando o atendimento dos requisitos legais e outros requisitos prescritos pela organização; (iv) desenvolver talentos humanos com gestão integrada e (v) reduzir a geração dos resíduos e a utilização de recursos naturais.

O CTM – Centro de treinamento, implementado em 2013, tem como objetivo a capacitação de nossos colaboradores e terceiros, de nível operacional e tático nas áreas de Engenharia, Orçamento, Planejamento Industrial e, principalmente, na montagem das estruturas com as melhores práticas de instalações dos produtos e serviços. O centro conta com um espaço digital para ensino a distância, onde os usuários podem acessar os manuais técnicos de montagem dos mais diversos tipos de soluções. Ao final de todos os módulos, são aplicados testes para certificar que o usuário realmente adquiriu o conhecimento necessário. Há também um simulador, instalado na unidade fabril da Medabil em Nova Bassano para testar na prática os conhecimentos adquiridos, acompanhados de técnicos referência em montagem de estruturas metálicas.

### EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados outros eventos que demandem ajustes ou divulgação adicional, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente, exceto as renegociações tributárias divulgadas na Nota Explicativa Nº 28.

### DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas pela administração conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

### AUDITORIA EXTERNA

Os auditores independentes da Companhia, Rokembach & Cia. Auditores Ltda. - HLB BRASIL ASSURANCE, não prestaram outros serviços que não os relacionados com auditoria externa durante o exercício de 2025.

### PERSPECTIVAS FUTURAS

A Administração projeta, para o exercício de 2026:

- Continuidade da recuperação operacional e comercial;
- Evolução na geração de caixa;
- Aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial;
- Reequilíbrio da estrutura de capital;
- Valorização e capacitação dos colaboradores.

Quanto as projeções, elas estão sujeitas a riscos e incertezas, especialmente quanto ao desfecho do processo de Recuperação Judicial.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração reafirma seu compromisso com a transparência, integridade das informações e condução responsável do processo de recuperação. Os resultados observados ao longo de 2025 indicam evolução operacional e comercial, ainda que em ambiente de restrição financeira e dependência de reestruturação do passivo. A continuidade das operações está diretamente relacionada à aprovação do Plano de Recuperação Judicial e à implementação efetiva das medidas nele previstas.

A Administração registra seu especial agradecimento e reforça nosso compromisso com os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições financeiras, sociedade e acionistas. Continuamos fiéis à nossa missão de garantir aos clientes as soluções inovadoras, buscando ser a melhor empresa de serviços e soluções construtivas na América Latina, com foco em nossos clientes, gestão de pessoas, flexibilidade para mudanças e foco em resultados para os nossos clientes, colaboradores e acionistas. Nosso especial agradecimento aos colaboradores pela dedicação e comprometimento com seu trabalho e aos nossos fornecedores e instituições financeiras pela cooperação e parceria indispensável para as atividades da Companhia no momento atual.

Porto Alegre, 30 de Junho de 2026.

### MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

Demonstrações dos resultados dos				
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	Nota	2025	Reapresentado Nota Nº 4	2024
Receita operacional líquida	22	247.266	183.649	
Custo dos produtos e serviços prestados	23	(186.036)	(137.092)	
<b>Lucro bruto</b>		<b>61.230</b>	<b>46.557</b>	
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com vendas	23	(23.292)	(13.132)	
Despesas administrativas	23	(25.444)	(38.268)	
Outras receitas/despesas operacionais	24	4.143	(95.157)	
<b>Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos financeiros</b>		<b>16.637</b>	<b>(100.000)</b>	
Receitas financeiras	25	101	70	
Despesas financeiras	25	(8.312)	(27.527)	
Varição cambial	25	3.258	(8.503)	
<b>Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>11.684</b>	<b>(135.960)</b>	
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.a	(980)	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b	537	(135.319)	
<b>Lucro/(Prejuízo) do exercício</b>		<b>11.241</b>	<b>(273.279)</b>	
Lucro/(Prejuízo) por ação – em R\$		64,64	(1,571)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	2025	Reapresentado Nota Nº 4	2024	
Lucro/(Prejuízo) do exercício	11.241	(273.279)		
Outros resultados abrangentes	(586)	(59)		
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b>10.655</b>	<b>(273.338)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - método indireto				
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				
	2025	Reapresentado Nota Nº 4	2024	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>				
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	11,12	11.241	(273.279)	
Depreciação e amortização		5.148	4.841	
Variação nos ativos de direito de uso		127	54	
Constituição de perdas de crédito esperadas	6	1.053	2.691	
Baixa de ativos imobilizados	11	259	11.068	
Perda decorrente da mensuração de ativos mantidos para venda		-	19.552	
Perda por redução ao valor recuperável do ativo intangível (ágio)		-	51.250	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(840)	137.319	
Gainho na renegociação da Operação "Sale & Leaseback"	19	7.072	-	
Encargos financeiros sobre obrigações sujeitas à recuperação judicial		3.503	-	
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas		-	36.072	
Ajustes de credores concursais sem efeito caixa		(3.540)	-	
Aumento em provisões para contingência cíveis, trabalhista e outros		-	5.301	
<b>Resultado ajustado antes das variações no capital de giro</b>		<b>24.023</b>	<b>(5.131)</b>	
<b>Variações de ativos e passivos operacionais</b>				
Redução/(aumento) em Contas a receber		14.475	(26.870)	
Redução em Aplicações financeiras		-	3.163	
(Aumento)/redução em Estoques		(324)	18.906	
Redução/(aumento) em Adiantamentos a fornecedores		3.658	(15.020)	

continuação



## MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62  
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio vigentes na data do balanço patrimonial, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício.

### d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas são revisadas continuamente, e seus efeitos são reconhecidos prospectivamente nos períodos em que forem revisadas.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas relevantes são:

- Processos legais: constituição de provisões para contingências cíveis, tributárias e trabalhistas, com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos quanto à probabilidade de perda.
- Vida útil dos ativos: definição das vidas úteis econômicas utilizadas para cálculo da depreciação do ativo imobilizado.
- Provisão para perdas de crédito esperadas: estimada com base na análise da recuperabilidade dos valores a receber.
- Provisão para perdas com estoques: constituída quando identificadas evidências de obsolescência ou de não realização dos estoques.

### 3. Políticas Contábeis Materiais

#### a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerário em caixa, depósitos bancários disponíveis de curto prazo, com vencimento original de até 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Durante o exercício, as aplicações financeiras existentes foram classificadas e mensuradas de acordo com o CPC 48, conforme as características contratuais dos instrumentos e o modelo de negócios adotado pela Companhia.

#### b) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente quando existe direito legal de compensação e intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras e outros ativos financeiros. Os principais passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, operação financeira "Sales Leasing Back", fornecedores, adiantamentos de clientes e outras contas a pagar.

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. c) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e os ativos intangíveis, são avaliados sempre que existem indícios de perda por redução ao valor recuperável ou, para os ativos cuja avaliação periódica é requerida pelas normas contábeis, conforme aplicável. Quando identificado que o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por redução ao valor recuperável, correspondente à diferença entre o valor contábil e o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados na menor unidade geradora de caixa para a qual existam fluxos de caixa independentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou a recuperabilidade dos ativos da Companhia, considerando as condições operacionais e financeiras existentes, e concluiu não haver necessidade de reconhecimento adicional de perdas por redução ao valor recuperável.

#### d) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

Na adoção inicial das práticas contábeis convergentes às IFRS, a Companhia utilizou o custo atribuído (deemed cost) para determinados bens do ativo imobilizado na data de transição, tendo os respectivos efeitos sido reconhecidos no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários.

O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos ativos e à sua colocação em condições de operação.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

Edifícios	1,53% a 4,00% ao ano
Máquinas e equipamentos	5,6% a 20% ao ano
Móveis e utensílios	10% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano

#### e) Intangível

Os ativos intangíveis, representados substancialmente por softwares, marcas, patentes e gastos com desenvolvimento de produtos, são mensurados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável.

#### f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é apurado pelo método do custo médio ponderado e compreende os gastos de aquisição, produção e demais custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

#### g) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento passado, cuja liquidação seja provável e possa ser estimada de forma confiável.

Quando houver expectativa de reembolso por terceiros, o respectivo ativo é reconhecido somente quando seu recebimento for virtualmente certo e puder ser mensurado de forma confiável.

#### h) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente, em montante que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

As receitas de venda de produtos são reconhecidas no momento da transferência do controle ao cliente, normalmente quando da entrega dos bens.

As receitas de serviços de engenharia e montagem são reconhecidas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, com base nas medições aprovadas pelos clientes ou, quando aplicável, na conclusão dos serviços.

#### i) Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base na legislação tributária vigente.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases contábil e fiscal dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas vigentes ou substancialmente aprovadas na data do balanço e aplicáveis quando da realização dos ativos ou liquidação dos passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados como não circulantes e apresentados de forma líquida quando existe direito legal de compensação e referem-se à mesma autoridade fiscal e entidade tributável. j) Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Determinadas normas entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Abaixo encontram-se elencados um resumo de tais normas e seu impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

• **Alterações ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação** - As alterações introduzem novos requisitos de divulgação relacionados aos acordos de financiamento com fornecedores (*supplier finance arrangements*), com o objetivo de proporcionar maior transparência acerca dos efeitos desses acordos sobre os passivos, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez.

• **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis** - As alterações introduzem orientações para a determinação da taxa de câmbio aplicável quando uma moeda não é conversível em outra, estabelecendo critérios para avaliar a conversibilidade entre moedas e disciplinando a estimativa da taxa de câmbio quando essa conversibilidade não estiver disponível. Adicionalmente, foram incluídos novos requisitos de divulgação destinados a fornecer informações sobre os riscos e os impactos decorrentes dessas circunstâncias.

• **Alterações ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As alterações tratam da classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, estabelecendo que essa classificação deve refletir os direitos existentes na data-base das demonstrações financeiras, especialmente quanto ao direito de diferir a liquidação da obrigação por período superior a doze meses.

A Administração avaliou a aplicabilidade dessas alterações e concluiu que sua adoção não produziu impactos relevantes sobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação ou as divulgações das demonstrações financeiras da Companhia.

#### k) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o IASB havia emitido determinadas normas e alterações que ainda não haviam entrado em vigor ou não haviam sido incorporadas ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), destacando-se:

• **IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements**, emitida em abril de 2024, que substituirá a IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação das demonstrações financeiras, incluindo subtópicos obrigatórios na demonstração do resultado e novos requisitos de divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração.

• **Alterações à IFRS 9 – Financial Instruments e à IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures**, emitidas em maio de 2024, que tratam de aspectos relacionados à classificação, mensuração e baixa de instrumentos financeiros, incluindo esclarecimentos sobre passivos financeiros liquidados por meios eletrônicos.

• **Melhorias anuais nas normas IFRS**: Efeitos alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

• **Reforma Tributária**: Em 2025 foram editadas normas complementares relacionadas à implementação da Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023, que prevê a substituição gradual dos tributos incidentes sobre o consumo pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto Seletivo (IS). A Administração acompanha a regulamentação e os desdobramentos da reforma, incluindo seus potenciais impactos sobre as operações, sistemas, processos, controles internos e fluxos tributários da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia avaliou os impactos da nova e não identificou impactos financeiros decorrentes da implementação do novo modelo tributário. A Companhia contratou consultores especializados para apoiar na avaliação e mitigação dos impactos da legislação à medida que a regulamentação complementar for publicada e os cronogramas de transição forem implementados.

A Administração acompanha o processo de convergência dessas normas para o ambiente regulatório brasileiro e avaliará seus impactos quando da emissão dos respectivos pronunciamentos pelo CPC e de sua entrada em vigor. Com base nas avaliações realizadas até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia.

#### 4. Reapresentação das Demonstrações Financeiras e Ajustes dos Exercícios Anteriores

Durante a elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração realizou revisão dos procedimentos contábeis, conciliações patrimoniais e critérios de reconhecimento, mensuração e classificação aplicados em exercícios anteriores, identificando erros materiais relacionados a períodos anteriores.

Esses erros decorreram de registros contábeis, classificações patrimoniais e critérios de mensuração que não refletiam adequadamente a substância econômica de determinadas operações, afetando as demonstrações financeiras anteriormente emitidas.

Parte dos ajustes refere-se a exercícios anteriores a 2024, enquanto outros são atribuíveis ao próprio exercício de 2024. Embora as demonstrações financeiras de 2024 já contemplassem determinados ajustes de exercícios anteriores, a revisão realizada em 2025 identificou novos fatos que tornaram necessária a reapresentação retrospectiva das informações comparativas. Em decorrência da relevância desses ajustes para a adequada apresentação da posição patrimonial e financeira e do desempenho da Companhia, as demonstrações financeiras comparativas foram reapresentadas.

#### a) Bases Normativas

A Administração concluiu que os fatos identificados caracterizam erros de períodos anteriores, conforme definido no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, uma vez que decorrem de registros contábeis, classificações patrimoniais e critérios de mensuração inadequadamente aplicados em períodos anteriores. Dessa forma, os ajustes não representam mudanças de políticas contábeis nem revisões de estimativas, mas correção de erros.

Em conformidade com os itens 43 a 49 do CPC 23, os efeitos desses erros foram reconhecidos retrospectivamente mediante reapresentação das informações comparativas, sendo os ajustes relativos a períodos anteriores reconhecidos no saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024, correspondente ao início do período comparativo mais antigo apresentado. Os ajustes atribuíveis especificamente ao exercício de 2024 foram reconhecidos no resultado daquele exercício.

Em atendimento ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia reapresenta o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024, além das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 apresentadas para fins comparativos, em razão dos efeitos relevantes dos ajustes retrospectivos.

#### b) Natureza dos Ajustes

Os ajustes identificados pela Administração podem ser classificados em três grupos, conforme sua natureza e o período de reconhecimento contábil:

##### > Ajustes reconhecidos nas demonstrações publicadas em 2024

Correspondem a ajustes já refletidos nas demonstrações financeiras originalmente publicadas de 2024, incluindo reclassificações patrimoniais e revisões de critérios de mensuração, abrangendo, principalmente:

- Reclassificações de saldos para credores concursais.
- Reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos, em decorrência da revisão da recuperabilidade dos créditos tributários;
- Ativos mantidos para venda, com reclassificação de R\$ 51.993 para o ativo imobilizado e reconhecimento dos efeitos da depreciação correspondente;

- Propriedades para investimento, com reclassificação de R\$ 25.622 para o ativo imobilizado e reconhecimento de despesa de depreciação de R\$ 19.552; e
- Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio, no montante de R\$ 51.250, em decorrência da revisão do valor recuperável da unidade geradora de caixa relacionada à aquisição da Açotec.

##### > Ajustes reconhecidos no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024

Referem-se a eventos ocorridos em exercícios anteriores a 2024 ou cuja origem específica não pôde ser determinada com razoável grau de confiabilidade. Em conformidade com o CPC 23, seus efeitos foram reconhecidos diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido, compreendendo, principalmente:

- Tributos a recuperar: revisão da recuperabilidade dos créditos tributários, com baixa de créditos sem expectativa de realização ou atingidos por prescrição, no montante de R\$ 52.479, sendo R\$ 12.540 no ativo circulante e R\$ 39.939 no ativo não circulante.
- Credores concursais: revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, resultando no reconhecimento de complementos de R\$ 18.986 (Classe III – Partes Relacionadas) e R\$ 21.099 (Classe III – Obrigações com clientes), decorrentes da atualização de obrigações constituídas antes do deferimento da Recuperação Judicial.

##### > Ajustes reconhecidos no saldo de 31 de dezembro de 2024

Referem-se a ajustes cuja origem pôde ser atribuída especificamente ao exercício de 2024, compreendendo, principalmente:

- Clientes: revisão de saldos indevidamente contabilizados das contas a receber, resultando em ajuste de R\$ 7.848.
- Estoques: conciliação física e contábil dos estoques, com reconhecimento de ajuste de R\$ 8.046.
- Ativo Imobilizado: Revisão da composição do custo histórico e da classificação patrimonial de determinados ativos, resultando em ajuste negativo de R\$ 11.056.

• Credores Concursais: revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, incluindo reclassificações de fornecedores (R\$ 5.980) e salários e encargos (R\$ 7.161) para credores Classe I, além do reconhecimento de complemento de R\$ 3.494 referente a contingências trabalhistas

• Contingências: atualização da mensuração das contingências trabalhistas, com reconhecimento de provisão adicional de R\$ 5.301.

• Patrimônio Líquido: revisão da classificação da reserva de capital e recálculo da reserva de avaliação patrimonial, incluindo os respectivos efeitos tributários.

• Tributos diferidos: revisão dos critérios de reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos tributos diferidos, incluindo os efeitos sobre diferenças temporárias e ajustes de avaliação patrimonial.

Os ajustes atribuíveis ao exercício de 2024 foram reconhecidos no resultado daquele exercício, enquanto os ajustes relativos a períodos anteriores ou cuja origem específica não pôde ser determinada foram reconhecidos diretamente no saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

##### c) Impactos na Reapresentação

Os efeitos da reapresentação das demonstrações financeiras estão demonstrados nas conciliações apresentadas a seguir. Em conformidade com o CPC 23, os ajustes foram segregados entre aqueles reconhecidos diretamente no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024, por se referirem a erros de períodos anteriores, e aqueles cuja origem pôde ser atribuída especificamente ao exercício de 2024, reconhecidos no resultado do período comparativo reapresentado.

As conciliações a seguir evidenciam os impactos da reapresentação sobre o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração dos fluxos de caixa.

- Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024

Os ajustes reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024 totalizaram R\$ 195.301, conforme composição apresentada no quadro a seguir.

	Composição dos Novos Ajustes		Valor	
Baixa tributos a recuperar (circulante)				(12.540)
Baixa tributos a recuperar (não circulante)				(39.939)
Complementação de tributos a recolher				(102.737)
Complementação de credores concursais				(40.085)
Efeito líquido reconhecido no prejuízo acumulado 01 de janeiro de 2024				(195.301)

Conta	Saldo originalmente divulgado 01/01/2024	Reclassificações em 2024	Ajustes identificados em 2025	Saldo reapresentado 01/01/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>103.409</b>	<b>(521)</b>	<b>(12.540)</b>	<b>90.348</b>
Caixa e equivalentes de Caixa	9	-	-	9
Aplicações Financeiras	3.163	-	-	3.163
Contas a receber de clientes	25.153	-	-	25.153
Estoques	53.520	-	-	53.520
Tributos a recuperar	18.036	(521)	(12.540)	4.975
Adiantamento a fornecedores	3.528	-	-	3.528
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>342.690</b>	<b>521</b>	<b>(39.939)</b>	<b>303.272</b>
Despesas antecipadas	6.150	-	-	6.150
Depósitos judiciais	3.316	-	-	3.316
Imposto de renda e contribuição social diferido	131.087	-	-	131.087
Tributos a recuperar	39.418	521	(39.939)	-
Outros ativos não circulantes	499	-	-	499
Propriedade para Investimento	25.622	-	-	25.622
Ativos mantidos para venda	51.993	-	-	51.993
Imobilizado	24.510	-	-	24.510
Intangível	60.095	-	-	60.095
<b>Total do Ativo</b>	<b>446.099</b>	<b>-</b>	<b>(52.479)</b>	<b>393.620</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>557.574</b>	<b>(402.301)</b>	<b>102.737</b>	<b>258.010</b>
Fornecedores	108.400	(102.246)	-	6.154
Empréstimo e financiamentos	233.532	(222.616)	-	10.916
Debêntures	12.155	-	-	12.155
Salários e encargos sociais	10.094	-	-	10.094
Tributos a recolher	48.980	-	102.737	151.717
Adiantamento de clientes	143.351	(77.439)	-	65.912
Outras contas a pagar	1.062	-	-	1.062
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>304.246</b>	<b>402.301</b>	<b>40.085</b>	<b>746.632</b>
Operação Sale & Leaseback	47.322	-	-	47.322
Fornecedores	2.048	(2.048)	-	-
Empréstimos e financiamentos	215.385	(51.765)	-	163.620
Credores concursais	-	490.500	40.085	530.585
Provisões para passivos cíveis, tributários e trabalhistas	5.105	-	-	5.105
Empréstimos com partes relacionadas	34.386	(34.386)	-	-
<b>Patrimônio Líquido a descoberto</b>	<b>(415.721)</b>	<b>-</b>	<b>(195.301)</b>	<b>(611.022)</b>
Capital social	173.904	-	-	173.904
Reserva de capital	1.895	-	-	1.895
Ajuste de avaliação patrimonial	26.624	-	-	26.624
Lucros/Prejuízos acumulados	(618.144)	-	(195.301)	(813.445)
<b>Total Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>446.099</b>	<b>-</b>	<b>(52.479)</b>	<b>393.620</b>

- Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024

Conta	Saldo anteriormente divulgado 31/12/2024	Ajustes Saldo Inicial	Ajustes Efeito 2024	Saldo Reapresentados 31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>135.988</b>	<b>(12.540)</b>	<b>198</b>	<b>123.646</b>
Caixa e equivalentes de Caixa	3.689	-	-	3.689
Contas a receber de clientes	57.179	-	(7.848)	49.331
Estoques	28.568	-	8.046	36.614
Tributos a recuperar	28.004	(12.540)	-	15.464
Adiantamento a fornecedores	18.548	-	-	18.548
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>134.288</b>	<b>(39.939)</b>	<b>(11.056)</b>	<b>83.293</b>
Despesas antecipadas	3.769	-	-	3.769
Depósitos judiciais	3.310	-	-	3.310
Tributos a recuperar	39.939	(39.939)	-	-
Outros ativos não circulantes	433	-	-	433
Imobilizado	80.285	-	(11.056)	69.229
Intangível	6.552	-	-	6.552
<b>Total do Ativo</b>	<b>270.276</b>	<b>(52.479)</b>	<b>(10.858)</b>	<b>206.939</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>194.719</b>	<b>102.737</b>	<b>(13.141)</b>	<b>284.315</b>
Fornecedores	49.300	-	(5.980)	43.320
Empréstimo e financiamentos	10.916	-	-	10.916
Debêntures	12.911	-	-	12.911
Salários e encargos sociais	11.001	-	(7.161)	3.840
Tributos a recolher	68.825	102.737	-	171.562
Adiantamento de clientes	40.154	-	-	40.154
Outras contas a pagar	1.612	-	-	1.612
<b></b>				

continuação		MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A			CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)		
• Impacto na demonstração do resultado do exercício de 2024							
<b>Conta</b>	<b>Saldo anterior-mente divulgado 31/12/2024</b>	<b>Ajustes 2024</b>	<b>Saldo Reapresentado em 31/12/24</b>				
Receita operacional líquida	191.497	(7.848)	183.649				
Custos dos produtos e serviços prestados	(145.138)	8.046	(137.092)				
<b>Lucro Bruto</b>	<b>46.359</b>	<b>198</b>	<b>46.557</b>				
Despesas Operacionais	(13.132)	-	(13.132)				
Despesas com vendas	(38.268)	-	(38.268)				
Despesas administrativas	(75.306)	(19.851)	(95.157)				
Outras receitas/despesas operacionais	(80.347)	(19.653)	(100.000)				
<b>Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>70</b>				
Receita Financeira	(27.527)	-	(27.527)				
Despesa Financeira	(8.503)	-	(8.503)				
Variação cambial	(116.307)	(19.653)	(135.960)				
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(146.104)</b>	<b>8.785</b>	<b>(137.319)</b>				
Impostos de renda e contribuição social diferido	(262.411)	(10.868)	(273.279)				
<b>Prejuízo do Exercício</b>							
• Impactos nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido							
A movimentação patrimonial decorrente dos ajustes acima descritos pode ser assim resumida:							
	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de Capital</b>	<b>Ajuste avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		
Saldos apresentados 01 de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(618.144)	(415.721)		
Ajustes identificados em 2025	-	-	-	(195.301)	(195.301)		
Saldos reapresentado 01 de janeiro de 2024	173.904	1.895	26.624	(813.445)	(611.022)		
Outros resultados abrangentes	-	-	(59)	89	30		
Prejuízo no exercício 2024	-	-	-	(262.411)	(262.411)		
Ajustes exercícios anteriores	(1.895)	-	(4.957)	(4.016)	(10.868)		
Saldos reapresentados 31 de dezembro 2024	173.904	-	21.608	(1.079.783)	(884.271)		
Os ajustes reconhecidos diretamente no saldo de abertura de 1º de janeiro de 2024 totalizaram R\$ 195.301, enquanto os ajustes atribuídos ao exercício de 2024 totalizaram R\$ 10.868, refletindo os efeitos reconhecidos no resultado do período comparativo reapresentado.							
• Impactos da demonstração do fluxo de caixa							
<b>Conta</b>	<b>Saldo divulgado 31/12/2024</b>	<b>Reclassificações divulgadas em 2024 (1)</b>	<b>Saldo reapresentado 31/12/2024</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>							
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(262.411)	(10.868)	(273.279)				
Depreciação e amortização	4.841	-	4.841				
Depreciação de ativos de direito de uso	54	-	54				
Constituição de perdas de crédito esperadas	2.691	-	2.691				
Baixa de ativo imobilizado	12	11.056	11.068				
Perda decorrente da remensuração de ativos mantidos para venda	19.552	-	19.552				
Perda por redução ao valor recuperável do ativo intangível (ágio)	51.250	-	51.250				
Imposto de renda e contribuição social diferido	146.104	(8.785)	137.319				
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	36.072	-	36.072				
Provisões para contingência cíveis, trabalhista e outros	-	5.301	5.301				
<b>Resultado ajustado antes das variações no capital de giro</b>	<b>(1.834)</b>	<b>(8.597)</b>	<b>(5.131)</b>				
Variações de ativos e passivos operacionais							
Aumento em Contas a receber	(34.718)	7.848	(26.870)				
Redução em Aplicações Financeiras	3.163	-	3.163				
Redução em Estoques	24.952	(8.046)	16.906				
Aumento em Adiantamento a fornecedores	(15.020)	-	(15.020)				
Aumento em Tributos a recuperar	(10.490)	-	(10.490)				
Redução em Outros ativos	2.388	-	2.388				
Aumento em Fornecedores/Credores	43.118	3.494	46.612				
Redução em Adiantamento de clientes	(25.759)	-	(25.759)				
Aumento em Salários e encargos sociais	907	-	907				
Aumento em Impostos e contribuições a recolher	19.845	-	19.845				
Aumento em Outros passivos	643	-	643				
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>7.194</b>	<b>-</b>	<b>7.194</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>							
Adições no ativo imobilizado	(271)	-	(271)				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(271)</b>	<b>-</b>	<b>(271)</b>				
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>							
Efeto líquido em captações e amortização de empréstimos e financiamentos	(2.598)	-	(2.598)				
Pagamentos de operações "Sale & Leaseback"	(566)	-	(566)				
Pagamento de passivos de arrendamento	(80)	-	(80)				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(3.244)</b>	<b>-</b>	<b>(3.244)</b>				
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento e financiamento</b>	<b>(3.515)</b>	<b>-</b>	<b>(3.515)</b>				
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.680</b>	<b>-</b>	<b>3.680</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	-	9				
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.689	-	3.689				
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.680</b>	<b>-</b>	<b>3.680</b>				
<b>d) Conclusão da Administração</b>							
A Administração concluiu que a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras reflete adequadamente os efeitos dos erros de períodos anteriores identificados, em conformidade com o CPC 23 e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas revisões realizadas, não foram identificados outros erros materiais que demandem reapresentações adicionais.							
<b>5. Caixa e equivalentes de caixa</b>							
O saldo da caixa é formado substancialmente por depósitos bancários existentes ao final do exercício e que foram utilizados para quitação de obrigações no início do exercício subsequente. Os depósitos em conta corrente não são atualizados monetariamente e não há incidência de juros. Os recursos são mantidos pela Administração em instituições financeiras consideradas sólidas e que não apresentam risco de liquidez.							
<b>6. Contas a receber de clientes</b>							
<b>a) Abertura das contas a receber de clientes</b>							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
Contas a receber de clientes	44.515	57.937	57.937				
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(9.659)	(8.606)	(8.606)				
<b>Saldo final</b>	<b>34.856</b>	<b>49.331</b>	<b>49.331</b>				
<b>b) Movimentações da provisão para perdas em créditos de liquidação duvidosa</b>							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
Saldo inicial	8.606	5.915	5.915				
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	1.053	2.691	2.691				
Baixas e reversões	-	-	-				
<b>Saldo final</b>	<b>9.659</b>	<b>8.606</b>	<b>8.606</b>				
<b>c) Contas a receber de clientes por idade de vencimento</b>							
Em 31 de dezembro, a análise do vencimento das contas a receber de clientes é a seguinte:							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
A vencer	14.751	11.782	11.782				
Vencidos até 30 dias	14.563	15.755	15.755				
Vencidos até 31 a 90 dias	520	15.663	15.663				
Vencidos de 91 a 180 dias	2.096	1.996	1.996				
Vencidos acima de 181 dias	12.585	12.741	12.741				
<b>Saldo final</b>	<b>44.515</b>	<b>57.937</b>	<b>57.937</b>				
<b>7. Estoques</b>							
A composição dos estoques pode ser assim resumida:							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
Produtos acabados	6.283	7.019	7.019				
Produtos em elaboração	3.214	5.449	5.449				
Matéria prima	21.457	24.505	24.505				
Material Auxiliar e de Consumo	6.343	-	-				
Perdas estimadas	(359)	(359)	(359)				
<b>Saldo final</b>	<b>36.938</b>	<b>36.614</b>	<b>36.614</b>				
<b>8. Tributos a recuperar</b>							
Os saldos de tributos a recuperar estão assim compostos:							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
IPI	1.718	2.404	2.404				
ICMS	7.296	7.115	7.115				
IRRF, IRPJ e CSSL	601	1.357	1.357				
PIS	1.583	820	820				
COFINS	7.260	3.768	3.768				
<b>Total</b>	<b>18.458</b>	<b>15.464</b>	<b>15.464</b>				
A Administração entende que, após a conclusão desse processo de revisão, os saldos registrados na rubrica de tributos a recuperar refletem adequadamente os créditos com expectativa provável de realização em 31 de dezembro de 2025.							
<b>9. Adiantamento a fornecedores</b>							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
Fornecedores nacionais de materiais	12.393	18.363	18.363				
Fornecedores estrangeiros de materiais	2.391	55	55				
Fornecedores nacionais de serviços	54	30	30				
Outros adiantamentos	52	100	100				
<b>Total</b>	<b>14.890</b>	<b>18.548</b>	<b>18.548</b>				
<b>10. Imposto de renda e contribuição social</b>							
a) Os saldos de tributos diferidos estão assim compostos:							
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>				
Imposto de Renda	5.107	3.624	3.624				
Contribuição social	1.838	1.304	1.304				
<b>Total</b>	<b>6.945</b>	<b>4.928</b>	<b>4.928</b>				
<b>Ativos diferidos</b>							
Provisão para devedores duvidosos	2.415	775	775				
Provisão para perdas de estoque	90	32	32				
Provisão para passivos trabalhistas	2.305	353	353				
Provisão para passivos tributários	110	39	39				
Provisão para passivos cíveis	187	67	67				
Outras diferenças	-	144	144				
<b>Total</b>	<b>5.107</b>	<b>1.304</b>	<b>1.304</b>				
<b>Passivos diferidos</b>							
Amortização ágio	-	-	-				
Propriedade para investimento	-	-	-				
Outras diferenças temporárias	(1.087)	(1.478)	(1.478)				
Ajuste avaliação patrimonial imobilizado	(7.963)	(2.867)	(10.830)	(8.185)	(2.946)	(11.131)	
	(9.050)	(3.258)	(12.308)	(8.185)	(2.946)	(11.131)	
<b>Total impostos diferido (líquido)</b>	<b>(3.943)</b>	<b>(1.420)</b>	<b>(5.363)</b>	<b>(4.561)</b>	<b>(1.642)</b>	<b>(6.203)</b>	
b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSSL pela alíquota nominal e pela efetiva							
A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:							
	<b>2025</b>	<b>Reapresentado Nota N° 4</b>					
Prejuízo antes dos impostos	11.684	(135.960)					
Alíquota nominal	34%	34%					
Imposto de renda pela alíquota nominal	(3.973)	46.226					
Efeito de diferenças permanentes, ajustes fiscais e créditos tributários não reconhecidos	2.993	(46.226)					
Reversão (constituição) líquida de tributos diferidos reconhecidos no resultado	537	(137.319)					
<b>Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado</b>	<b>(443)</b>	<b>(137.319)</b>					
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>(3,8%)</b>	<b>(10,1%)</b>					
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante aproximado de R\$ 895.832 e R\$ 895.738, respectivamente. Em razão do histórico recente de resultados e das incertezas inerentes ao processo de recuperação judicial em andamento, a Administração concluiu não existirem evidências suficientes que suportem o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre tais montantes, conforme previsto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. 11.							
<b>Custo do imobilizado</b>	<b>Terrenos e edificações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Móveis e utensílios</b>	<b>Veículos</b>	<b>Em andamento</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.382	125.613	9.771	3.489	838	4.390	148.483
Aquisições	-	36	-	-	-	235	271
Reclassificação ativos mantidos para venda	64.475	1.267	-	-	-	-	65.742
Reclassificação propriedades para investimentos	25.622	-	-	-	-	-	25.622
Baixas	-	(6)	-	-	-	(6)	(12)
Ajustes propriedades para investimentos (Nota N° 4)	(11.056)	-	-	-	-	-	(11.056)
Saldo Reapresentado em 31 de dezembro de 2024 (Nota N° 4)	83.423	126.910	9.771	3.489	838	4.619	229.050
Aquisições	-	114	73	6	-	1.544	1.737
Baixas	(202)	(53)	-	(4)	-	-	(259)
Transferências	-	4.929	-	(551)	-	(4.378)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>83.221</b>	<b>131.900</b>	<b>9.844</b>	<b>2.940</b>	<b>838</b>	<b>1.785</b>	<b>230.528</b>
<b>Depreciação</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(3.404)	(106.777)	(9.718)	(3.237)	(837)	-	(123.973)
Depreciação	(32)	(2.489)	(3)	(23)	(1)	-	(2.548)
Reclassificação ativos mantidos para venda	(12.810)	(938)	-	-	-	-	(13.748)
Perda por mensuração de ativos mantidos para venda	(19.212)	(340)	-	-	-	-	(19.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(35.458)	(110.544)	(9.721)	(3.260)	(838)	-	(159.821)
Depreciação	(1.720)	(1.232)	(769)	(10)	-	-	(3.731)
Ajuste Entre Contas	-	(1.124)	761	363	-	-	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(37.178)</b>	<b>(112.900)</b>	<b>(9.729)</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(838)</b>	<b>-</b>	<b>(163.552)</b>
<b>Valor residual líquido</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2023 (Nota N° 4)	978	18.836	53	252	1	4.390	24.510
Saldo em 31 de dezembro de 2024 (Nota N° 4)	47.965	16.366	50	229	-	4.619	69.229
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>46.043</b>	<b>19.000</b>	<b>115</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>1.785</b>	<b>66.976</b>
<b>12. Intangível</b>							
A composição e movimentação do intangível é assim demonstrada:							
	<b>Sistemas e aplicativos</b>	<b>Marcas e direitos</b>	<b>Em andamento</b>	<b>Pesquisa e desenvolvimento</b>	<b>Ágio na aquisição de investimento</b>	<b>Total</b>	
<b>Custo</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	34.295	39	1.550	11.421	51.250	98.555	
Impairment	-	-	-	-	(51.250)	(51.250)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	34.295	39	1.550	11.421	-	47.305	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>34.295</b>	<b>39</b>	<b>1.550</b>	<b>11.421</b>	<b>-</b>	<b>47.305</b>	
<b>Amortização</b>							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(34.114)	-	-	(4.346)	-	(38.460)	
Amortização	(170)	-	-	(2.123)	-	(2.293)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(34.284)	-	-	(6.469)	-	(40.753)	
Amortização	(11)	-	-	(1.406)	-	(1.417)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(34.295)</b>						

continuação



## MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A

CNPJ 94.638.392/0001-62  
(EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Esses saldos compreendem, substancialmente, obrigações financeiras, comerciais, trabalhistas e demais passivos existentes na data do pedido, permanecendo registrados pelos valores reconhecidos pela Companhia até a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ), quando eventuais alterações nas condições originais serão reconhecidas contabilmente, conforme aplicável. Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou revisão e conciliação dos saldos sujeitos à Recuperação Judicial, incluindo reclassificações de determinadas obrigações para refletir adequadamente sua natureza concursal. A composição dos credores concursais em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

Natureza do credor	Class	31/12/25	31/12/24 Reapresentado Nota Nº 4
Trabalhista	I	17.714	16.635
Fornecedores	III e IV	110.363	104.294
Obrigações com clientes* – Nota Nº18	III	98.538	98.538
Partes relacionadas	III	53.382	53.372
Instituições financeiras			
Cédula de crédito – Nota Nº 14	III	199.574	199.574
Capital de giro – Nota Nº14	III	74.807	74.807
<b>Total credores quirografários</b>		<b>554.378</b>	<b>547.220</b>

\* Refere-se a adiantamentos efetuados por clientes para realização de obras.

A movimentação dos saldos de credores concursais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrada a seguir:

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº 4
<b>Saldo inicial</b>	<b>547.220</b>	<b>490.500</b>
Reclassificação Fornecedores – Credores Classe I	-	5.980
Reclassificação Salários e Encargos – Credores Classe I	-	7.161
Complemento Classe III – Partes relacionadas	-	18.986
Complemento Classe III – Obrigações Clientes	-	21.099
Complemento Classe I – Provisões Trabalhistas	-	3.494
Novas Habilitações	7.158	-
<b>Saldo final</b>	<b>554.378</b>	<b>547.220</b>

Como o Plano de Recuperação Judicial ainda não foi aprovado e homologado, os passivos concursais permanecem registrados pelos valores originais das obrigações, sem reconhecimento dos efeitos de deságio, alongamento de prazo ou alteração dos encargos financeiros previstos no plano. Os créditos sujeitos à Recuperação Judicial foram atualizados conforme as condições contratuais até a data de sua inclusão no processo, não havendo incidência de multas e juros após esse período.

Nos termos da legislação aplicável, as obrigações sujeitas à Recuperação Judicial permanecem com sua exigibilidade suspensa, observadas as disposições legais e processuais.

O Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia prevê, entre outros aspectos, condições de pagamento, prazos de carência, deságios, critérios de atualização monetária e encargos financeiros. Entretanto, tais condições ainda não produziram efeitos contábeis, por dependerem de aprovação em Assembleia Geral de Credores e posterior homologação judicial.

Dessa forma, os valores contábeis dos passivos sujeitos à Recuperação Judicial poderão sofrer alterações quando da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial.

### 17. Tributos a recolher

Os valores de imposto a recolher está assim disposto:

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº4
INSS	56.840	45.864
ICMS	42.647	38.957
ISS	14.955	11.531
PIS/COFINS	55.411	55.074
IRRF	15.281	14.630
Outros	6.384	5.506
<b>Total</b>	<b>191.518</b>	<b>171.562</b>
Circulante	167.660	171.562
Não Circulante	23.858	-

As obrigações tributárias da Companhia compreendem, substancialmente, tributos federais, estaduais e encargos sociais incidentes sobre suas operações e folha de pagamento.

Durante o exercício de 2025, a Administração realizou revisão e conciliação dos saldos tributários, incluindo a atualização da composição dos passivos fiscais, a segregação entre circulante e não circulante e a reclassificação de determinados valores relacionados a parcelamentos, discussões administrativas e à Recuperação Judicial, quando aplicável.

Os passivos tributários foram atualizados, incluindo multas e juros, até 31 de dezembro de 2025. Ao final do exercício, a Companhia protocolou pedido de parcelamento de tributos federais, aguardando manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em razão dos prazos estimados para liquidação desses parcelamentos, os respectivos valores foram classificados no passivo não circulante. Enquanto aguarda a aprovação dos parcelamentos solicitados, os saldos foram classificados no passivo circulante.

A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos e tributários, acompanha os processos administrativos e judiciais relacionados às obrigações fiscais e avalia continuamente alternativas para sua regularização, incluindo adesão a programas de parcelamento.

### 18. Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes correspondem a valores recebidos antecipadamente relativos a contratos de fornecimento de bens, execução de obras e prestação de serviços ainda não integralmente executados na data-base das demonstrações financeiras. Esses valores são reconhecidos no passivo e apropriados à receita à medida que as respectivas obrigações de desempenho são satisfeitas, em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Durante o exercício de 2024, a Companhia reclassificou para a rubrica de credores concursais diversos os adiantamentos de clientes existentes antes do pedido de Recuperação Judicial, no montante de R\$ 77.439, em razão de sua inclusão no processo de Recuperação Judicial, conforme Nota Explicativa nº 16.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos remanescentes referem-se, substancialmente, a contratos em andamento, cuja receita será reconhecida conforme a execução das respectivas obrigações de desempenho.

### 19. Operação financeira "Sales & Leaseback"

Em janeiro de 2022, a Companhia celebrou uma operação financeira intitulada como "Sale & Leaseback" do imóvel localizado na cidade de Nova Bassano no estado do Rio Grande do Sul, na Rua Atílio Bilibio, No 685, principal estabelecimento operacional da Companhia, conforme contratos assinados com a instituição financeira Vórtix Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, na qualidade de instituição administradora do Mezanino Estruturado Fundo de Investimentos e do Zavit Real Estate Fund – Fundo de Investimento Imobiliário. O contrato tem vigência de 15 anos com pagamentos mensais de aluguel e opção de recompra do imóvel por parte da Companhia ao final do contrato.

Durante o exercício de 2025 a Companhia, após discussão judicial que transitava a 2ª Vara Judicial de Nova Prata (RS) sob o número 5001557-58.2024.8.21.0058 onde se pleiteava a nulidade da operação, renegociou as condições financeiras da operação, incluindo a redução temporária dos pagamentos dos aluguéis previstos, com recomposição gradual das parcelas até maio de 2029. Em decorrência dessa renegociação, foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 um ganho de R\$ 7.072, correspondente ao desconto obtido sobre os valores renegociados, sendo encerrada a ação judicial anteriormente existente sobre o contrato.

À época, a Administração avaliou a operação à luz do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e do CPC 06 (R2) – Arrendamentos e concluiu que a transferência do imóvel não atende aos requisitos para caracterização de venda, uma vez que a Companhia permanece exposta substancialmente aos riscos e benefícios econômicos do ativo, além de existirem cláusulas contratuais que restringem a transferência efetiva do controle econômico.

Consequentemente, a operação foi contabilizada como financiamento garantido por ativo imobiliário. Assim, o imóvel permanece registrado no ativo imobilizado da Companhia, enquanto os recursos obtidos são reconhecidos como passivo financeiro, sendo os pagamentos subsequentes apropriados pelo método da taxa efetiva, de acordo com as práticas contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros.

### 20. Provisão para passivos cíveis, tributários e trabalhistas

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, considera provável a saída de recursos econômicos e quando os valores podem ser mensurados de forma confiável, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Em decorrência do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, parcela relevante das contingências relacionadas a obrigações constituídas até a data do pedido encontra-se sujeita aos seus efeitos, conforme Notas Explicativas nº 1 e nº 16, estando apresentada na rubrica de credores concursais. Os demais processos, não sujeitos ou não habilitados, permanecem registrados em provisões para contingências.

A composição das provisões para contingências está demonstrada a seguir:

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº4
Trabalhistas	9.218	9.218
Cíveis	750	750
Tributárias	438	438
<b>Total</b>	<b>10.406</b>	<b>10.406</b>

A Companhia possui 48 processos de natureza trabalhista, classificados como perda possível, no montante de R\$ 1.101.

Os processos judiciais, em sua grande maioria, são anteriores a recuperação judicial, razão pela qual, as movimentações nos processos quando ocorrem são migradas para a conta de credores concursais, não apresentando alteração na composição das contingências do período.

### 21. Patrimônio líquido

#### a) Capital social e direitos das ações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 173.904, representado por 173.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a voto nas Assembleias Gerais de Acionistas

#### b) Dividendos

Os acionistas fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, nos termos da legislação societária. A Companhia não apresentou lucros distribuíveis nos exercícios recentes.

#### c) Incentivos Fiscais

Em 2025, os saldos relativos ao Fundopem (R\$ 1.630) e ao PDTI (R\$ 265) foram conciliados e transferidos para prejuízos acumulados.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Sócios da  
**Medabil Indústria em Sistemas Construtivos S/A - (Em Recuperação Judicial)**  
Nova Bassano - RS

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL). (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A - (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

#### Incerteza quanto à adequada contabilização de retificações de erro de exercícios anteriores

Conforme divulgado nas Notas Explicativa nº 4 (d) às demonstrações contábeis, a Companhia efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, registros contábeis classificados como retificação de erros de exercícios anteriores, cujos efeitos foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía documentação e controles suficientes que permitissem a adequada segregação entre os efeitos decorrentes de erros atribuíveis a exercícios anteriores e aqueles relacionados ao resultado do exercício corrente. Dessa forma, não foi possível determinar, com segurança razoável, qual parcela dos ajustes registrados diretamente no patrimônio líquido deveria ter sido reconhecida no resultado do exercício, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em razão da ausência de informações e evidências apropriadas e suficientes, não nos foi possível aplicar procedimentos alternativos que permitissem quantificar os efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos do patrimônio líquido, do resultado do exercício e das demais rubricas eventualmente impactadas em 31 de dezembro de 2025. Consequentemente, nossa opinião está ressalvada quanto aos possíveis efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis.

#### Limitação de alcance relacionada a existência e vida útil do imobilizado

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui saldo de ativo imobilizado registrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 66.976 mil. Durante a realização de nossos trabalhos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía controles e registros atualizados que permitissem a adequada identificação física dos bens que compõem o ativo imobilizado, tampouco inventário físico recente que possibilitasse a validação da existência dos ativos registrados contabilmente. Adicionalmente, a Companhia não realizou estudos técnicos para suportar as vidas úteis econômicas e os valores residuais utilizados no cálculo das despesas de depreciação, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para avaliar a razoabilidade das taxas de depreciação aplicadas e dos saldos contábeis líquidos dos ativos imobilizados. Em decorrência dessas limitações, não nos foi possível concluir, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, sobre a existência física,

### d) Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao ajuste decorrente da adoção do custo atribuído (deemed cost) na data de transição em 1º de janeiro de 2009, com base em laudo de avaliação de especialistas independentes. O respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos estão classificados no passivo não circulante.

### 22. Receita operacional líquida

Abertura dos custos e despesas de acordo com a sua natureza.

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº4
Vendas de produtos e serviços	274.751	200.316
Impostos sobre vendas	(25.332)	(15.084)
Devoluções e abatimentos de vendas	(2.153)	(1.583)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>247.266</b>	<b>183.649</b>

### 23. Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº4
Custos dos produtos e serviços vendidos	186.036	137.092
Despesas com vendas	23.292	13.132
Despesas gerais e administrativas	25.444	38.268
<b>234.772</b>	<b>188.492</b>	
Salários e encargos sociais	61.715	51.485
Serviços prestados por terceiros	18.422	17.356
Frete sobre vendas	12.392	4.494
Viagens	4.394	2.947
Comerciais	214	251
Materiais consumidos	114.590	89.162
Manutenção	6.663	2.354
Utilidades	6.234	5.112
Depreciação e amortização	5.148	4.841
Outros	5.000	10.490
<b>234.772</b>	<b>188.492</b>	

### 24. Outras receitas (despesas) operacionais

	2025	2024 Reapresentado Nota Nº4
Créditos fiscais	3.729	-
Outras despesas jurídicas	(335)	(399)
Alienação bens permanentes	102	67
Impairment de ágio	-	(51.250)
Remensuração de ativos mantidos para venda	-	(19.552)
Ajuste credores concursais classe I (Nota Nº16)	-	(3.494)
Aumento contingências trabalhistas (Nota Nº20)	-	(5.301)
Ajuste Imobilizado (Nota Nº4)	-	(11.056)
Outras receitas (despesas)	647	(4.172)
<b>4.143</b>	<b>(95.157)</b>	

### 25. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas sobre aplicações financeiras	16	115
Juros de descontos auferidos	85	(45)
<b>Total de receitas financeiras</b>	<b>101</b>	<b>70</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.238)	(14.105)
Juros e descontos concedidos	(1.079)	-
Juros liquidados	(2.898)	(10.520)
Outros	(1.097)	(2.902)
<b>Total de despesas financeiras</b>	<b>(8.312)</b>	<b>(27.527)</b>
Variação cambial receita	10.992	5.350
Total variação cambial despesa	(7.734)	(13.853)
<b>Total variação cambial líquida</b>	<b>3.258</b>	<b>(8.503)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(4.953)</b>	<b>(35.960)</b>

### 26. Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros de mercado (incluindo taxa de juros de valor justo e de fluxo de caixa e risco de preços), crédito e liquidez. A gestão desses riscos tem por objetivo monitorar a exposição e mitigar potenciais impactos adversos sobre sua posição financeira e continuidade operacional.

A Administração monitora continuamente tais riscos e adota diretrizes corporativas para sua gestão, incluindo controles relacionados a taxa de juros, crédito e aplicação de excedentes de caixa.

Como medidas de mitigação, a Companhia tem concentrado esforços na reestruturação de seu endividamento, otimização do capital de giro, redução de custos, recuperação de créditos e melhoria da eficiência operacional. Adicionalmente, o processo de Recuperação Judicial constitui instrumento relevante para reorganização das obrigações financeiras e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Não houve alterações relevantes na exposição aos riscos financeiros, nem nas políticas e métodos de mensuração utilizados em relação a períodos anteriores. Parte das obrigações financeiras encontra-se sujeita aos efeitos da Recuperação Judicial, permanecendo registradas pelos valores contratuais atualizados até a data do pedido.

A Administração entende que a aprovação e implementação do Plano de Recuperação Judicial são fundamentais para a normalização da estrutura de capital e mitigação dos riscos de liquidez.

#### Riscos de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. A Companhia realiza avaliações periódicas da capacidade financeira de seus clientes e constitui provisão para perdas de crédito esperadas em conformidade com os requisitos do CPC 48.

#### Risco de Liquidez

A Companhia encontra-se em processo de Recuperação Judicial e está exposta a risco de liquidez decorrente do descaimento entre geração de caixa e obrigações financeiras. A Administração monitora continuamente o fluxo de caixa projetado, conduz negociações com credores e avalia alternativas de reforço de capital de giro para assegurar a continuidade operacional. Excedentes de caixa, quando existentes, são aplicados em instrumentos financeiros de baixo risco e com liquidez compatível com as necessidades operacionais.

#### Gestão do Capital

A gestão de capital tem como objetivo assegurar a continuidade operacional, preservar a geração de caixa e sustentar a estrutura financeira de longo prazo.

No contexto da Recuperação Judicial, a Administração prioriza medidas de reestruturação operacional e financeira previstas no plano de recuperação, visando o restabelecimento progressivo da liquidez, rentabilidade e solvência.

### 27. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os contratos de seguros foram firmados com a seguinte Companhia:

	Cobertura	Seguradora
Indenização a terceiros	10.000.000	Seguro RCG Geral – Chubb Seguros

Adicionalmente, a Companhia possui seguro patrimonial também com a Seguradora Chubb Seguros do Brasil, onde o valor em risco é no montante de R\$ 212.100,00, com limite máximo de garantia de R\$ 137.000,00.

A Companhia também contrata seguros para as obras em conformidade com o respectivo tempo de execução.

### 28. Eventos Subsequentes

Após 31 de dezembro de 2025 e até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, a Companhia formalizou parcelamentos de passivos tributários estaduais dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo, nos montantes de R\$ 7.341 e R\$ 11.573, respectivamente.

Os parcelamentos prevêem pagamento em 180 e 120 parcelas mensais, respectivamente, e referem-se a débitos já reconhecidos nas demonstrações financeiras, não gerando efeitos adicionais de reconhecimento contábil no exercício.

Em decorrência dessas formalizações, parte dos passivos tributários passou a apresentar cronograma de liquidação de longo prazo, contribuindo para o reparelamento do endividamento e para a gestão do capital de giro da Companhia.

A Administração entende que tais medidas integram o processo de reestruturação financeira em curso e contribuem para a manutenção da continuidade operacional.

Em 19 de junho de 2026, foi realizada a Assembleia Geral de Credores no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia. A assembleia não foi instalada em razão da ausência do quórum mínimo legal exigido. Nos termos da legislação aplicável, permanece convocada a Assembleia Geral de Credores em segunda convocação para o dia 16 de julho de 2026, ocasião em que os credores poderão deliberar sobre o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia.

	Helio Siqueira Diretor- Presidente	Alexandro Correia de Resende Contador CRC/RS 06875709

a integridade, a mensuração e a recuperabilidade dos bens registrados no ativo imobilizado, bem como sobre a adequação das despesas de depreciação reconhecidas no resultado do exercício. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes nos saldos do ativo imobilizado, da depreciação acumulada, das despesas de depreciação, do resultado do exercício, dos tributos diferidos eventualmente relacionados e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025.

#### Limitação de alcance relacionada aos saldos de depósitos judiciais

A Companhia mantém registrados em 31 de dezembro de 2025 depósitos judiciais no montante de R\$ 3.696 mil, classificados no ativo não circulante. Durante a execução de nossos procedimentos de auditoria, identificamos que a Companhia não possuía conciliação analítica entre os saldos contábeis dos depósitos judiciais e os respectivos processos judiciais aos quais estariam vinculados, tampouco controles que permitissem relacionar individualmente os depósitos efetuados aos valores das contingências correspondentes. Adicionalmente, não nos foram disponibilizadas evidências apropriadas e suficientes que permitissem validar a existência, integridade, mensuração e recuperabilidade dos referidos saldos, bem como sua correlação com os processos judiciais em andamento. Em razão dessas circunstâncias, não foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem concluir, com segurança razoável, sobre a adequação do saldo de depósitos judiciais registrado nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025, nem determinar se seriam necessários ajustes em relação a esses valores e aos possíveis reflexos nas demais rubricas das demonstrações contábeis. Consequentemente, nossa opinião está ressalvada quanto aos possíveis efeitos desse assunto sobre as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

#### Ênfase


#### Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 (a) às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia teve diferido o processamento de seu pedido de recuperação judicial em 28 de março de 2024, nos termos da Lei nº 11.101/2005.

Conforme mencionado na referida nota explicativa, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta prejuízos acumulados no montante de R\$ (1.068.542) mil e passivo a descoberto de R\$ (873.616) mil. Adicionalmente, até a data de emissão deste relatório, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia ainda não havia sido aprovado pela Assembleia Geral de Credores e homologado pelo Juízo competente.

A continuidade operacional da Companhia depende, substancialmente, do êxito das medidas previstas em seu processo de reestruturação financeira, da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial, da geração de fluxos de caixa futuros e da capacidade de cumprir suas obrigações financeiras.

Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1.1 e 2. (a), indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

continuação  **MEDABIL INDUSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A** CNPJ 94.638.392/0001-62 (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

**Outros assuntos**  
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da MEDABIL INDÚSTRIA EM SISTEMAS CONSTRUTIVOS S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL), apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria com ressalvas em 18 de agosto de 2025 quanto a limitação de saldos de impostos a recuperar e obrigações fiscais.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do Auditor**  
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**  
A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.


Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**  
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 30 de junho de 2026.

 **HLB Brasil Assurance**  
**Rokembach & Cia. Auditores Ltda.**  
CRCRS 003663/O | CNAI-PJ 40 | CVM 7048

**Andréia Scaramussa**  
CRCRS 083252/O-0 | CNAI 8148

**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso.

Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição | Credibilidade | Tecnologia



Acesse o QR Code e anuncie no JC



Siga nossas redes sociais:



Baixe o App:  

doações que

# ACOLHEM



TRANSFORMA 

 QUEM DOA

Cada doação é um gesto de AMOR que se transforma em terapias, cuidado e educação.

Toda doação tem uma forma de AMOR:

- Trabalho voluntário
- Doação de produtos e serviços
- Doação de Patrimônio ou Heranças
- Doação Funcionária
- Depósito ou PIX

## VISITE, CONHEÇA, ENCANTE-SE!

Nossas portas estão abertas para quem deseja conhecer de perto o amor, a dedicação e a esperança que movem o nosso trabalho. Agende uma visita e viva momentos especiais!



CHAVE PIX  
SOLIDÁRIO



Abra seus braços, abra o seu coração, abraça a nossa causa!

doe@educandario.org.br

 (51) 9773-8344  @educandario.sjb

